

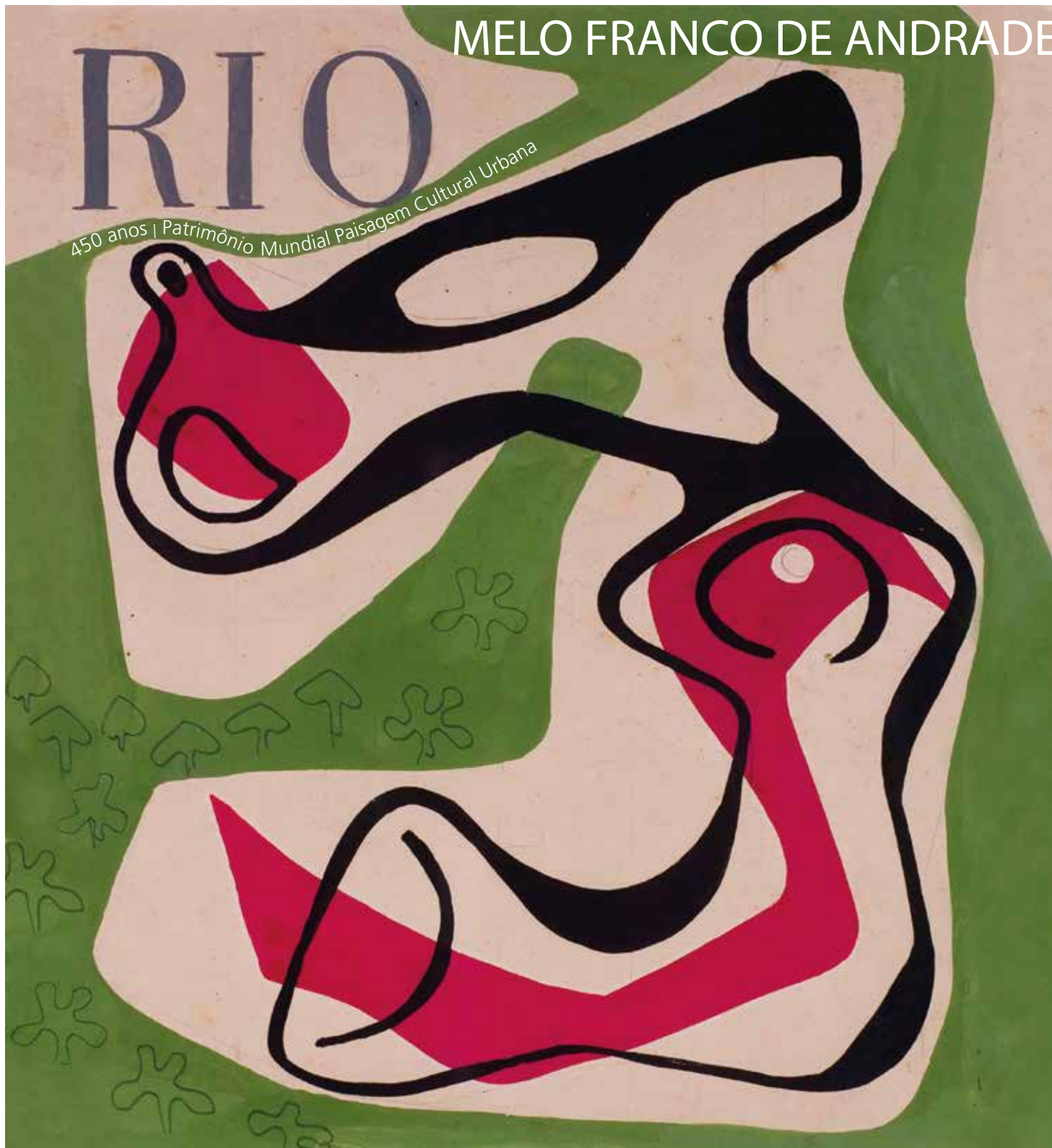
28ª Edição | 2015

PRÊMIO RODRIGO

MELO FRANCO DE ANDRADE

RIO

450 anos | Patrimônio Mundial Paisagem Cultural Urbana



Créditos

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jurema Machado

Diretor do Departamento de Articulação e Fomento

Luiz Philippe Peres Torelly

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial

TT Catalão

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração

Marcos José Silva Rego

Diretor do PAC Cidades Históricas

Robson Antônio de Almeida

Coordenação Geral de Difusão e Projetos – COGEDIP/DAF

Coordenadora Geral

Adélia Soares

Organização Geral do PRMFA

Luciana Cunha e Isabella Atayde Henrique

Apoio: Mayara Subtil e Jacqueline Barrete

Revista da 28ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Edição

Adélia Soares

Redação

Adélia Soares

Gabriela Sobral

Fernanda Lopes

Andréia Castro

Déborah Gouthier

Luciana Justiniano

Projeto gráfico e diagramação

Vitor Corrêa

Fotografias

Acervo Iphan

Marcel Gautherot

Denise Barreto

Isabella Atayde Henrique

Revisão

Isabella Atayde Henrique e Fernanda Lopes

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Incentivar as manifestações culturais locais e regionais sempre foi estratégico para o Ministério da Cultura. Preservar as tradições e manter suas excepcionalidades é um desafio constante, especialmente em tempos de mudanças velozes, quando as relações sociais e econômicas estão intensamente pautadas pelas inovações tecnológicas. A princípio parece um paradoxo buscar unir cenários tão diversos, mas iniciativas como o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** nos mostram que é possível manter práticas e saberes seculares e, mais que isso, garantir sua preservação, utilizando técnicas contemporâneas de promoção e divulgação.

Assim tem sido que, juntos, Ministério da Cultura e Iphan desenvolvem um esforço permanente para assegurar a participação da sociedade na tarefa de compartilhar a construção e gestão das políticas públicas. Desde sua criação, em 1987, o Prêmio vem reconhecendo e promovendo a diversidade cultural de nosso povo, e exibindo a crescente participação das organizações sociais e comunitárias.

28 anos valorizando a diversidade da cultura e dos brasileiros

É sempre gratificante conhecer o esforço e a dedicação de estudiosos e artistas que raramente encontram oportunidade e apoio à revelação de seus projetos. A exemplo dos oito vencedores desta edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, existem inúmeras e grandiosas realizações que, além de promover, zelam por nossa história, por nossa cultura e tradições, permitindo a todos compreender e compartilhar a riqueza do nosso país. Todos eles são parceiros do Iphan e do Ministério da Cultura na grata missão de desenvolver as potencialidades do Patrimônio Cultural e buscar a inclusão socioeconômica de suas comunidades.

Além de destacar a relevância das oito ações vencedoras, em sua 28ª edição, o Prêmio celebra os 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, Patrimônio Mundial Paisagem Cultural Urbana. Um cenário belíssimo, único em todo o mundo, mas que vai além dos limites da Cidade entre a Montanha e o Mar. Em cada canto está presente a criativa fusão entre natureza e cultura, um valor indissociável da experiência humana, de natureza cultural, que a cidade do

Rio de Janeiro oferece. É o local onde as manifestações culturais expressam a síntese do viver carioca, que também se tornaram populares em todo o mundo: o samba, a Bossa Nova, o futebol, o carnaval de rua, as tradicionais festividades religiosas.

É assim que o Ministério da Cultura tem na política de patrimônio e na atuação do Iphan um dos exemplos mais sólidos de como relacionar cultura e desenvolvimento, promovendo junto com o crescimento econômico, o reconhecimento dos direitos sociais.

Juca Ferreira
Ministro da Cultura

Novos caminhos para o Patrimônio Cultural

O panorama oferecido pela longa série de edições do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** já anda merecendo tornar-se objeto de um estudo mais sistemático. Há, com toda certeza, um material rico em exemplos, nacionalmente representativo e capaz de traçar uma linha evolutiva das formas de compreensão e apropriação do sentido do patrimônio pelo país afora nesses quase 30 anos.

Valendo-se de sua presença física e simbólica em todo o território, as Superintendências do Iphan, que, ao longo do tempo, foram se instalando em todos os estados da federação, garimpam boas propostas e garantem a representatividade da premiação, que continua disputada e sempre renovada.

Já vem de algum tempo uma tendência crescente, e nesta edição praticamente dominante, de iniciativas de base comunitária que jogam luz sobre os novos sentidos assumidos pelo patrimônio, sentidos que transcendem os gabinetes e o conhecimento formal para se instalarem no cotidiano das pessoas e de seus lugares de memória. Ainda que essa construção possa, em grande medida, ter sido estimulada a partir do ambiente formal, a criatura tem hoje vida própria e tudo indica que ela não mais poderá ser contida pelos esquemas do seu criador.

Os avanços trazidos pela democracia, pelo empoderamento dos mais pobres, pela promoção da diversidade e, mais especificamente, pelo reconhecimento do hoje denominado patrimônio imaterial explicam parte do que vem acontecendo, mas parece frágil contentar-se apenas com os fatores que tem origem nas políticas públicas. Valeria, no mínimo, perguntar por que as sofisticadas práticas de pesquisa e restauração de monumentos e bens integrados, que por tanto tempo mantiveram uma aura em torno do patrimônio e dos que dele se incumbiam, não cresceram na mesma medida, a ponto de hoje participarem muito pouco da premiação.

O fato, que merece ser explorado, é que o sentido do patrimônio assumiu voo próprio e que talvez seja hora de nos moldarmos a ele. Os 15 anos de publicação do Decreto 3551 de 2000, o instrumento jurídico que estabelece a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, são merecidamente comemorados nesse ano de 2015 e seguramente contribuíram fortemente para esse quadro, ao mesmo tempo em que apontam para novas práticas de relacionamento do estado com o patrimônio. Leia-se, de todo o patrimônio, não apenas do imaterial, que, por razões estratégicas em um determinado momento histórico, foi assim segmentado.

As iniciativas premiadas em 2015 já dão um sinal de que essa segmentação é apenas uma abstração metodológica, uma vez que as propostas têm em comum o fato de se valerem de métodos e vocabulário de inspiração formal para identificar e promover valores locais e populares. Assim é que *Seu Bariani* cria uma verdadeira enciclopédia das tradições de Goiás; que também em Goiás, na Chapada dos Veadeiros, um festival de tradições populares é pop e persiste há 15 anos; que a menina da escola pública de Brasília recria o *Êxodos*, de Sebastião Salgado, remetendo à sua própria experiência numa cidade de migrantes; que a boa técnica contemporânea do vídeo documentário se coloca a serviço da saga dos remadores dos barcos do São Francisco; que no Terreiro Ilé Omiojúàrò, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, se faz inventário, saraus e palestras; que na industrializada Blumenau, Santa Catarina, se inventaria a técnica tradicional e quase esquecida do enxaimel; que os meninos de Moita Redonda, no Ceará, constroem uma orquestra com instrumentos de barro, ou que professores da Universidade de Pernambuco se juntam com moradores de um quilombo isolado no sertão para ir do *buraco para o mundo!*

A senha está dada: esse é o caminho sem volta do patrimônio!

Jurema Machado
Presidenta do Iphan

Na construção de políticas participativas

Uma atuação cada vez mais voltada à gestão democrática e compartilhada, não só com a sociedade civil organizada, mas especialmente com cada cidadão, formador das práticas culturais, é o objetivo que se almeja para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano, econômico e social de uma população. A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil – que gradativamente vem substituindo o foco na excepcionalidade do bem pela relevância de sua representatividade, sua transversalidade temática, seu compromisso com a cidadania e com o desenvolvimento sustentável – tem sido o esforço do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na busca da participação dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira na elaboração e gestão das políticas públicas.

O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, segue esta mesma trajetória. Não é preciso um grande esforço para confirmar que, neste período, foram diversas as reformulações pelas quais a premiação passou, muitas delas, de certa forma, implementadas pela própria sociedade que, a sua maneira, buscou a inclusão na preservação, na salvaguarda e na valorização de seus monumentos, de suas tradições, de sua cultura, enfim, do Patrimônio Cultural.

Paralelamente, as políticas em cultura avançam alinhadas às dinâmicas com características interdisciplinares. Assim, por dialogarem com outras áreas do conhecimento, a Comunicação Social e seus produtos passam a ser reconhecidos como relevantes na formação de representações simbólicas. Além disso, é uma área estratégica para se pautar temas nas esferas de debate, pois não se pode mais negar a existência de uma vida em redes e de uma *Era da Informação*, que desencadeou novas formas de relação com o mundo.

Foi nesse contexto que a equipe do Departamento de Articulação e Fomento (DAF/Iphan) idealizou um projeto editorial para a **Revista Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, produzindo todas as suas etapas, desde a elaboração de texto até a diagramação. A publicação foi direcionada para funcionar como um instrumento multiplicador da política cultural do Iphan, promovendo e veiculando conteúdos voltados à formação e à educação.

Neste novo formato, a Revista segue o caminho da participação social ao incluir o discurso e as representações de patrimônio dos produtores de cada projeto. Objetiva, dessa maneira, garantir transparência e o direito à comunicação por meio da produção compartilhada de conhecimento, da veiculação de conteúdos plurais e de canais colaborativos, dando a possibilidade dos atores sociais participarem como produtores.

Para isso, apresenta novos conceitos ao público, textos acessíveis (e não menos densos), na busca de um produto informativo, baseado nas premissas da *educomunicação*. Essa inter-relação (educação-comunicação) norteou todo o trabalho da equipe do DAF que, contando com a participação concreta dos idealizadores dos projetos, remontou as experiências vencedoras, construindo discursos críticos, que não foram dirigidos apenas pelo Iphan. Pelo contrário, a todo o momento, os

proponentes sugeriram à equipe informações, conceitos sobre salvaguarda, patrimônio, memória e identidade, que serviram de constructo para a elaboração dos textos. Também foram fornecidos materiais como dossiês e vídeos produzidos pelas comunidades, associações ou pessoas físicas.

Dessa maneira, ao empregar conteúdos criativos, colaborativos e de produção de conhecimento, a **Revista Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** tem o potencial de tornar-se um instrumento que colabore na reestruturação das políticas culturais. Assim, procuramos avançar para um modelo de ampliação da comunicação, para que os indivíduos e as comunidades estejam munidos e tomados de uma consciência libertadora. Pois a cultura, como diz Paulo Freire, é a *práxis* transformadora do homem com o universo simbólico que produz.

Gabriela Sobral
Adélia Soares

IPHAN

**PRÊMIO
RODRIGO
MELO FRANCO
DE ANDRADE**

2015

Homenagem a quem dá

sustentabilidade aos bens culturais

Existe um Brasil que não passa na TV. Para conhecer esse país é preciso adentrar caatingas, florestas, matas, regiões pantaneiras, ver o mandacaru florescer no sertão, navegar nos afluentes dos rios, presenciar a vida ribeirinha, misturar-se à balbúrdia das cidades grandes e conhecer os *finis de mundo*, como alguns se referem... É preciso ser um aprendiz de suas paisagens e de sua gente; compreender a complexidade das manifestações culturais brasileiras e as esferas de conflito, para que se possa abrir espaços políticos e solidários a todos. Dessa maneira, é possível que cada brasileiro crie seus laços afetivos, identitários e, no mesmo fluxo, compreenda a existência dos outros e dos diversos bens culturais.

É quebrando hierarquias e acompanhando a evolução do conceito de Patrimônio Cultural que o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** chega à 28ª edição. Quando foi criada, em 1987, a premiação refletia o momento de estruturação do Iphan, prestando reconhecimento aos próprios funcionários ou a nomes que, de alguma maneira, eram conhecidos por uma atuação no campo do Patrimônio Cultural.

A partir de 1995, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade evoluiu para um novo formato, mais abrangente e participativo, mantido até a atual edição. O Prêmio passa a ser um edital público e se estrutura uma Comissão Nacional de Avaliação – composta por profissionais externos ao Instituto, atuantes na área da preservação patrimonial – que debate e avalia as ações selecionadas para a etapa final, depois das seleções nas Superintendências do Iphan.

Abandona-se a posição de reconhecer personalidades do ramo empresarial ou ligadas ao Instituto. Os editais passaram a premiar iniciativas da área pública ou privada e, também, aquelas que são gestadas e vivenciadas por pessoas e grupos desprovidos dos aparatos de reconhecimento formal do poder público e de setores da sociedade. Dessa maneira, evidencia-se a apropriação da sociedade civil sobre o conceito ampliado de patrimônio, reconhecendo as mais diversas formas de expressões, uma vez que o valor atribuído aos bens culturais é determinado pelos seus próprios detentores.

Conceito

A premiação leva o nome do primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), que conduziu a instituição, de 1937 até 1967, construindo um legado inspirador para a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro. O Prêmio carrega a herança deixada por este personagem da história brasileira e tem como objetivo dar visibilidade e reconhecer os projetos e ações que dão vida aos bens culturais do país.

Desde a época em que foi criada, a premiação procura se aperfeiçoar ao longo dos anos. Para abarcar a variedade dos projetos inscritos, o edital, reformulado em 2014, passou a premiar as ações em duas grandes categorias: I - Iniciativas de excelência em técnicas de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural; II - Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural.

Nesta 28ª edição, ainda, foi ampliado o número de contemplados, de seis para oito, e o valor dado aos vencedores, de R\$ 25 mil para R\$ 30 mil. Outra novidade trazida, em 2015, é o lançamento do **Selo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, que poderá ser usado pelos vencedores em peças gráficas e de divulgação, como uma forma de construir um movimento de promoção das ações que dão sustentabilidade aos bens culturais em todo o país.



Categoria I

Iniciativas de excelência em técnicas de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural

Visa valorizar e promover iniciativas de excelência em preservação e salvaguarda, envolvendo identificação, reconhecimento e salvaguarda; pesquisas; projetos, obras e medidas de conservação e restauro:

Documentário Remeiros do São Francisco (MG)

Ilé Omiojúàrò: Patrimônio Cultural (RJ)

Preservação da Tradição e da Cultura do Centro-Oeste Goiano através da trilogia de Bariani Ortêncio (GO)

Levantamento das casas enxaimel de Blumenau (SC)



Categoria II

Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural

Visa valorizar e promover iniciativas referenciais que demonstrem o compromisso e a responsabilidade compartilhada para com a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, envolvendo todos os campos da preservação e oriundas do setor público, do setor privado e das comunidades:

Grupo Uirapuru - Orquestra de Barro (CE)

Re(vi)vendo Êxodos (DF)

Do Buraco ao Mundo: Segredos, rituais e patrimônio de um quilombo-indígena (PE)

Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (GO)



Rodrigo Melo Franco de Andrade

Perfil que inspira a preservação do Patrimônio Cultural

O precursor do trabalho em prol da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, nasceu no dia 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, um dos estados com o maior número de bens tombados no Brasil. Anos depois, ele se firmaria como um dos principais representantes na proteção dos bens patrimoniais do país.

Sua árvore genealógica dá indícios de que seguiria o caminho das artes. Por parte do pai, Rodrigo Bretas de Andrade, era bisneto do autor da primeira biografia de Aleijadinho, Rodrigo José Ferreira Bretas. Já na família da mãe, Dália Melo Franco de Andrade, era sobrinho de Afonso Arinos, que escreveu *Pelo Sertão*, obra de destaque na literatura brasileira.

Durante sua trajetória profissional, Rodrigo Melo Franco de Andrade cruzou com grandes personalidades da cultura brasileira. Após ser alfabetizado em casa e cursar o Ginásio Mineiro, aos 12 anos foi estudar em Paris, onde teve a oportunidade de conviver com os amigos do tio Afonso, como o escritor Graça Aranha, o historiador Tobias Monteiro e o arquiteto Flávio de Carvalho.

Um dos amigos do tio, Alceu Amoroso Lima, narrou ter percebido que o cuidado com relíquias arquitetônicas corria no sangue dos Melo Franco. Em um passeio pela cidade mineira de Ouro Preto, na companhia de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ouviu do senador Virgílio Melo, avô do jovem, reclamações a respeito do abandono em que se encontravam

os bens culturais das cidades mineiras. “Mal sabia eu, então, que ao jovem adolescente, nosso companheiro de uma dessas nostálgicas peregrinações, estava reservado o papel histórico de vir a ser o maior defensor de nosso passado estético”, escreveu Alceu para o livro *A lição de Rodrigo*, que reúne contos de diversas pessoas ligadas a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

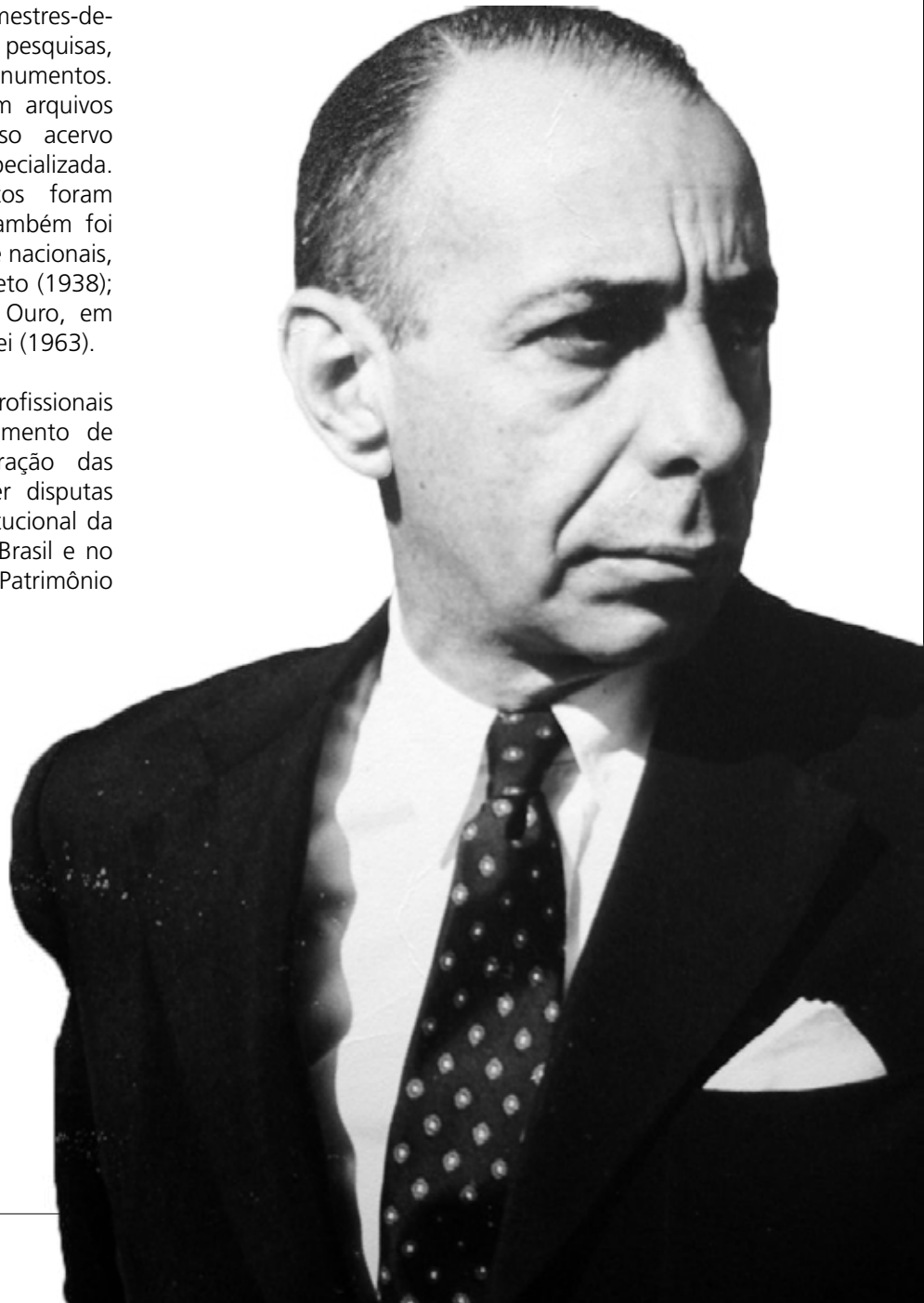
Porém antes de se engajar nesse trabalho e se tornar o primeiro presidente do Iphan, estudou Direito, foi bancário e jornalista. Nesse período, fez novos contatos com personagens consagrados, como Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade, e se aproximou de grupos modernistas.

Em 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade, por indicação de Mário de Andrade e Manoel Bandeira, foi convidado pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que mais tarde viria a ser o Iphan. Desde então, tornou-se um importante personagem na consolidação da defesa e promoção dos bens culturais brasileiros.

Nos primeiros anos, como diretor do SPHAN, ele contou com a parceria de grandes intelectuais brasileiros, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Luís Jardim, José de Sousa Reis, Lúcio Costa, Edgar Jacinto da Silva, Renato Soeiro, Airton Carvalho, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardoso, Gilberto Freyre, Alcides da Rocha Miranda, Vinícius de Moraes, Celso Cunha, Arthur César Ferreira Reis, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Rodrigo conduziu a instituição por 30 anos, época que ficou conhecida como a fase heroica do Instituto. Nesse período, formou uma grande equipe composta por pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores e mestres-de-obras, conduzindo a realização de inventários, pesquisas, obras de conservação e restauração de monumentos. Organizou documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares, reuniu um valioso acervo fotográfico e estruturou uma biblioteca especializada. Pinturas antigas, esculturas e documentos foram recuperados e inúmeros bens protegidos. Também foi responsável pela criação de museus regionais e nacionais, como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); das Missões, em Santo Ângelo (1940); do Ouro, em Sabará (1957); e o Regional de São João del Rei (1963).

Rodrigo Melo Franco de Andrade contagiou os profissionais do Iphan ao realizar programas de treinamento de técnicos, coordenar trabalhos de recuperação das instalações do próprio Instituto, empreender disputas judiciais, trabalhando pela sobrevivência institucional da entidade, e se esforçando em promover, no Brasil e no exterior, uma consciência de preservação do Patrimônio Cultural do país.



Em seu empenho incansável, criou a Revista do Patrimônio Artístico e Nacional, que ficou conhecida internacionalmente e, em 1946, recebeu o *Diploma de Honra à Publicação*, durante evento realizado na Biblioteca Pública Santiago Alvarez da Escola Provincial de Artes Plásticas, em Cuba. Os jurados decidiram por unanimidade e confirmaram o crédito que a revista alcançou nos meios culturais de vários países.

Além disso, este personagem notável teve seu trabalho reconhecido em forma de prêmios, medalhas e títulos. Recebeu a *Medalha da Inconfidência Mineira*, em 1955, e, em 1959, teve o reconhecimento da I Conferência Nacional de Professores para Surdos. Já em 1960, recebeu o título de *Personalidade do Ano* do Instituto de Arquitetos do Brasil e foi escolhido como um dos dez nomes de evidência na área da cultura pela seção de arte e exposições do Diário de Notícias do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, foi doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Pernambuco, indicado pela escola de Belas Artes; e da Universidade Federal de Minas Gerais, apontado pela Escola de Arquitetura. O título também lhe foi concedido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 1962, ano em que foi condecorado com a *Ordem do Mérito Militar*. Um ano depois, recebeu a *Medalha Pernambucana de Mérito*.

O título de *Personalidade do Ano* foi-lhe conferido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em 1965. No ano seguinte, foi homenageado pelo governo de Minas Gerais com a *Medalha da Inconfidência*, além da *Condecoração Martim Afonso*, do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga de São Paulo e o título de Cidadão Joanoense pela Câmara de São João del Rei/MG. Em 1968, o Conselho de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som atribuiu-lhe o *Prêmio Estácio de Sá*.

Em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade deixou a presidência do Iphan, mas passou a integrar o conselho consultivo da Instituição, onde permaneceu até a sua morte, em 11 de maio de 1969. O poeta Carlos Drummond de Andrade destaca que “foram 32 anos de dedicação, pois Rodrigo trabalhava compulsivamente, sem horário para encerrar o expediente, sem final de semana, sem feriado, sem férias”. O sociólogo e escritor Gilberto Freyre resumiu esse período com a frase “o homem certo, no lugar certo”.

Desde então, o espírito incansável do ex-diretor continua presente no Instituto que ainda possui a desafiadora missão de promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para garantir o direito à memória e contribuir ao desenvolvimento socioeconômico do país.

A partir do trabalho que desenvolvia, o Brasil possui um expressivo e diversificado acervo de bens materiais e imateriais, tombados e registrados. São patrimônios referenciais das identidades, das ações e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, cujos exemplares estão sob tutela do Iphan, inscritos em seus Livros de Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas e nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares.

Em homenagem a Rodrigo Melo Franco de Andrade, desde 1998, o Dia Nacional do Patrimônio é celebrado na data de seu nascimento, 17 de agosto.



Rio como Paisagem Cultural Urbana uma narrativa sobre a Montanha e o Mar

Uma natureza absolutamente singular e de rara beleza foi o que os portugueses encontraram, no século XVI, quando chegaram ao local onde se instalou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A Baía da Guanabara foi o cenário ideal para a implantação dos fortes que ajudaram a proteger a colônia portuguesa. Em 2015, 450 anos depois, ainda com ares de uma jovem de praia, a cidade foi escolhida como efeméride da 28ª edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**.

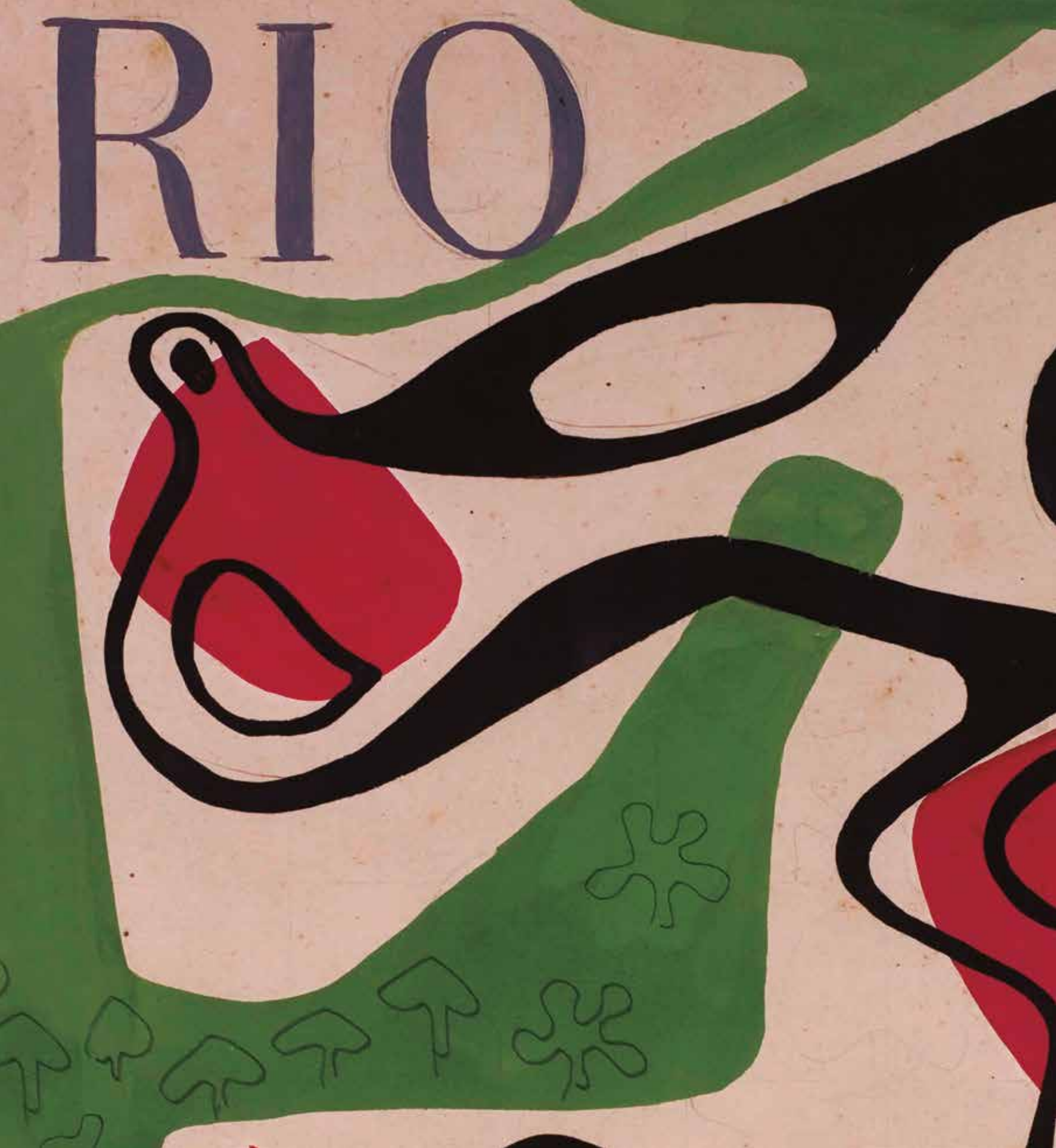
Sua exuberância é de reconhecimento universal. O Rio de Janeiro é uma das mais belas traduções da integração homem-natureza. Não à toa, foi o primeiro centro urbano a receber o título de Patrimônio Mundial Paisagem Cultural Urbana, concedido pela UNESCO, em 2012. Com a temática *Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar* para o título, foram consideradas as dinâmicas da ação humana sobre a natureza, causando intervenções e transformações não só na configuração espacial, mas, também, de forte significado cultural.

O bem *Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar* é integrado por quatro componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro ao ponto oeste de Niterói, no Grande Rio, englobando o Maciço da Tijuca, caracterizado por encostas íngremes, grandes afloramentos rochosos, como o Corcovado, o Pão de Açúcar e o Morro do Pico, em grande parte cobertos por

vegetação tropical, ora nativa ora proveniente de reflorestamento, como no Jardim Botânico e nos parques públicos. Inclui, ainda, as áreas onde a paisagem da orla tem sido ocupada ao longo dos séculos, seja para erigir fortificações para a defesa da cidade, como na entrada da Baía de Guanabara com seus fortes históricos, seja para propiciar instalações de lazer para os residentes, como o Passeio Público, o Parque do Flamengo e a Praia de Copacabana.

A adoção desta narrativa não significa que ela representa todos os grupos sociais. Há de ressaltar que nas dinâmicas culturais devem ser admitidas transformações e novos conceitos. Além disso, a sociedade, quando se apropria do entendimento da paisagem cultural, pode suscitar outras perspectivas e enriquecer as noções de patrimônio. A leitura da relação entre a montanha e o mar é uma das facetas que representam a beleza e a história dessa cidade que ativa a sensibilidade humana. Por isso, insere-se na categoria de Paisagem Cultural Urbana, pela complexidade da mistura entre elementos naturais e as expressões simbólicas. Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se, desde a sua fundação, um dos cenários mais belos do Brasil e do mundo, local onde as manifestações culturais aí produzidas expressam a síntese do viver carioca, que também se tornaram populares em todo o mundo: o samba, a Bossa Nova, o futebol, o carnaval de rua, as tradicionais festividades religiosas. Paisagem e modo de viver que se veem registrados em relatos de viagem, músicas, obras literárias, filmes e imagens.

RIO



Toque de arte

Para comemorar os 450 anos do Rio de Janeiro, ressaltam-se paisagens emblemáticas que, ao longo do tempo, foram se transformando e continuam sendo testemunhos da ação social humana sobre a natureza. Essa conectividade entre os elementos naturais e a cidade tem como exemplos representativos o Passeio Público, o Parque do Flamengo e a Orla de Copacabana, construídos em momentos históricos distintos (o primeiro, no século XVIII. O segundo e o terceiro, no século XX). Os dois últimos são de autoria de Roberto Burle Marx, paisagista, artista, arquiteto ou jardineiro, como ele mesmo se definia. A obra deste grande personagem da arte e do modernismo brasileiro serviu de inspiração para o projeto gráfico do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2015**.

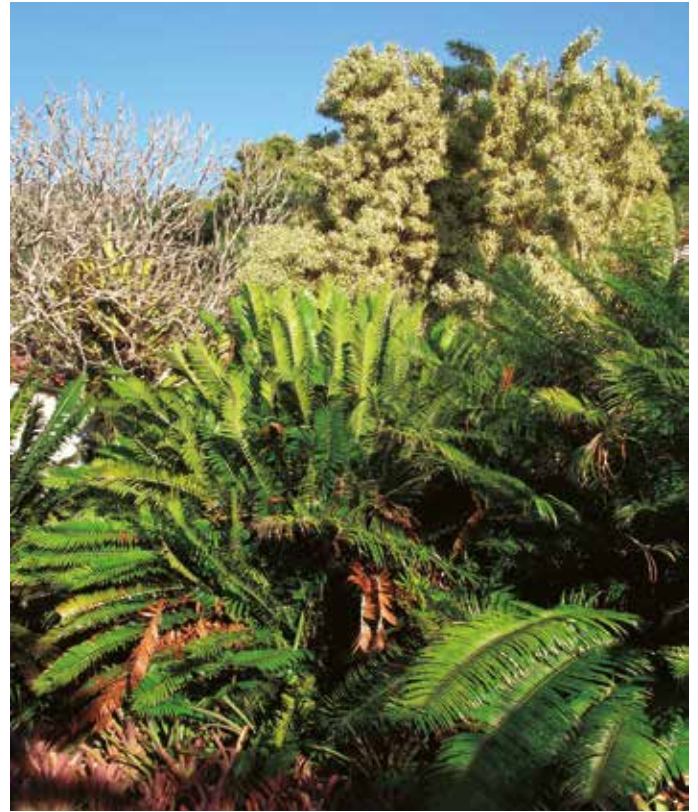
A pintura escolhida como identidade desta edição foi um estudo abstrato para a capa da *Revista Rio* que mostra a concepção plástica e artística dada a cada um de seus projetos paisagísticos. O ensaísta Pietro Maria Bardi, marido da arquiteta Lina Bo Bardi, descrevia Burle Marx como “novo poeta de canticum botanicum”.

Para o paisagista, a natureza era uma tela a ser repintada de um jeito brasileiro, explorando o uso da diversidade da flora tropical em harmonia com os elementos que se interconectam aos espaços urbanos. Sua obra está espalhada por todo o Brasil, inclusive, como dito, no emblemático calçadão de Copacabana, o qual redesenhou em 1970 e que faz parte do contexto Rio Paisagem Cultural Urbana.

Estendendo-se ao longo de 4,5 Km da Avenida Atlântica, é feito de pedras portuguesas e abarca, perfeitamente, a ideia do indivíduo inserido a sua paisagem, combinando a natureza, a ação e fruição humana e, ainda, a representatividade histórica, social e cultural.

A arte pública de Burle Marx não significa simplesmente a arte que está na rua. É uma nova forma de arte transformando o local de recepção da obra de arte, o que significa uma relação horizontal de igualdade, convivência e diálogo com o indivíduo. Burle Marx coloca a arte de servir a comunidade e os indivíduos como forma de defender a função social da arte, desmistificando-a, aproximando-a dos cidadãos e democratizando sua obra (...). Pode-se falar de uma obra única. Única para ser um lugar onde se inserem as dimensões da intervenção, a metodologia de trabalho, os deleites sensoriais, os valores conceituais em que repousa sua relação com a arte, a vegetação e o indivíduo.

(Julia Rey Pérez – Arquiteta do Taller de Inmuebles del Centro de Intervención del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH), Espanha).



Coleção botânica

Em uma área de 405 mil m², o Sítio Roberto Burle Marx comporta uma das mais importantes coleções de plantas tropicais e semitropicais do mundo, cultivadas em viveiros e jardins. São apresentadas aos visitantes mais de 3,5 mil espécies, entre as quais exemplares únicos das famílias Araceae, Bromeliaceae, Cycadaceae, Heliconiaceae, Marantaceae, Palmae e Velloziaceae. A propriedade foi considerada Patrimônio Cultural Brasileiro, em 1985, e em 2000, foi tombada, integralmente, pelo Iphan.

A disposição de cada planta, de cada árvore, de cada jardim e das construções tocadas por Burle Marx revelam a sensibilidade artística e o humanismo do paisagista. Como completa Pietro Maria Bardi, “Burle Marx [...] pensa que a natureza é assim como algo despenteado e, por isso, a arruma com sutil experiência”.

História do Rio de Janeiro

A reação portuguesa a ataques de outros países e da pirataria europeia à Baía de Guanabara durou de 1560 a 1567 (século XVI). Em 1565, Estácio de Sá fundou, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. No primeiro núcleo urbano, transferido da Vila Velha para o Morro do Castelo, foram erguidos o Colégio dos Jesuítas, a Igreja Matriz e a Casa da Câmara. A cidade, inicialmente, era um porto açucareiro.

Nesse século, a pecuária e a lavoura de cana-de-açúcar impulsionaram o seu progresso. Com o porto escoando a produção do ouro das Minas Gerais, a partir do final do século XVII, sua importância político-econômica cresceu. Surgiram, então, a praça colonial, a Casa dos Contos e a da Moeda, os Armazéns Reais e o Paço. Na segunda metade do século XVIII, em 1763, tornou-se sede do governo-geral do Brasil-Colônia e capital do Vice Reino do Brasil - que até então era Salvador (BA) - e começou a ser remodelada pelo engenheiro sueco Jacques Funk.

Determinante para a transformação da cidade, e para a formação do Brasil, foi a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, devido à invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, fato único na história mundial. A partir de 1815 a cidade passou a ser a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Além de representar novos horizontes políticos e econômicos, especialmente a partir da abertura dos portos brasileiros, a presença da Corte colocou fim ao isolamento intelectual e cultural da cidade.

Foram fundadas bibliotecas públicas, academias científicas, filosóficas e literárias, escolas e teatros, além da remodelação urbana e arquitetônica. Milhares de imigrantes aportaram na capital e, no mesmo período, o ingresso de mercadorias estrangeiras e as facilidades econômicas contribuíram para alterar a vida material e o cotidiano carioca, transformando a cidade em um centro cosmopolita.

No século XIX a partir da independência em 1822, a vida sociocultural e econômica teve um grande impulso, a partir das novas instituições políticas e culturais, algumas delas ainda do período do Reino Unido como o Jardim Botânico, a Real Biblioteca e a Academia Real de Belas-Artes. As duas últimas constituíram as bases da atual Biblioteca Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes. Após a 2ª metade do século a cidade recebeu importantes influências que alteraram sua paisagem e costumes, com a introdução do neoclassicismo e do ecletismo.

Após a Proclamação da República, em 1889, o Rio de Janeiro manteve seu posto de sede política e administrativa e era, à época, a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes.

Na primeira década do século XX, a então capital brasileira inaugurou uma fase de remodelação urbana, com a abertura das grandes avenidas, entre outras mudanças urbanas. A partir de 1905, o velho centro foi rasgado por uma nova avenida ladeada por edifícios em estilo *belle époque** parisiense, a Av. Central, logo oficializada como Av. Rio Branco. Novos bairros e edificações surgiram - o Teatro Municipal, a Cinelândia, o caminho aéreo do Pão de Açúcar -, e muitas demolições aconteceram, como a do Morro do Castelo, núcleo inicial da cidade.

O século XX foi marcado pelo movimento modernista, os governos de Getúlio Vargas e de JK, e pela ditadura militar (a partir de 1964). Com a transferência da capital para Brasília, no Planalto Central, em 1960, o Rio de Janeiro perdeu a condição de centro político, mas manteve-se como metrópole mundialmente conhecida por sua excepcional interação entre cultura e natureza.

*A *belle époque* é conhecida como uma época de mudanças culturais e artísticas, registrada na história da França, do final do século XIX ao início da 1ª Guerra Mundial, em 1914.



SAO PAULO



Documentário
Remeiros
do **São Francisco**

“Não vem resposta de Chico,
e vai sumindo seu rastro
como rastro da viola
se esgarça no vão do vento.
É na secura da terra
e no barro que ele deixa
onde Martius viu seu reino,
na carranca dos remeiros”

(Águas e mágoas do Rio São Francisco,
Carlos Drummond de Andrade)

Remadores de memórias

Com uma vara apoiada no peito, empurrando uma barca que chegava a pesar toneladas, um homem deixava uma gota de sangue cair no rio pelo esforço do trabalho e lá iam se amontoando as piabas, pequenos peixes, que acompanhavam o trajeto da embarcação. Essa é apenas uma cena da trajetória dos remeiros do Rio São Francisco, pouco conhecidos, mas que desempenharam um papel marcante na formação territorial do Brasil, integrando diversas regiões que fazem parte da memória das águas do *Velho Chico*.

Após 25 anos de um trabalho de pesquisa documental, entrevistas e filmagens, a história desses personagens ficou menos turva por meio do documentário **Remeiros do Rio São Francisco**, de Dêniston Diamantino. Ele, morador de Januária, considera-se na verdade um barranqueiro, ou seja, antes de pertencer a qualquer cidade, pertence primeiramente ao rio. E foi por ter essa paisagem no seu imaginário desde a infância, que decidiu tirar do ocultamento o que esteve inscrito nas águas.






Nesse movimento incessante chegavam à exaustão, tendo os peitos perfurados pela força que empunhavam nos varões. O sangue ia pingando e os peixes iam catando. Para curar, os mais velhos ensinavam que era preciso pegar um pedaço de toucinho, colocar na brasa e, assim que a gordura derretesse, levá-lo à ferida para estancar e adormecer a carne. As marcas que ficavam para sempre no seu peito, também representavam rupturas sociais.

A condição de *ser remeiro* era marginalizada, considerada um ofício menor, de quem não tinha mais nada o que fazer. Esse preconceito vem de suas origens pobres, por serem negros e mestiços que faziam um trabalho visto, estritamente, como braçal. Não à toa, ouviam ao longo dos barrancos pilhérias e denominações pejorativas como *porco d'água*, *burro d'água*, *bicho d'água* ou *pé de pubo*, pelo fato de terem os pés feridos e com frieira.

Esses homens, em sua maioria negros, mulatos e caboclos, eram responsáveis por transportar as barcas que, do século XVIII até a década de 1950, levavam produtos, como rapadura, farinha, tecidos, querosene, sal, remédios, milho, açúcar, café, a famosa cachaça de Januária e outras iguarias. Quando favorecidos pelo vento e pela correnteza, alçavam a vela latina e quatro homens comandavam os remos em voga, fixos à embarcação. Vem daí a denominação de remeiros, mas esta não era a principal tarefa pela qual ficaram conhecidos. Eram identificados, imediatamente, por subirem afluentes e trechos de até mil quilômetros, empunhando varas de seis metros, com uma ponta fincada ao rio e outra ao peito. Assim, nas *carreiras grandes*, viagens que duravam até cinco meses, caminhavam da proa à extremidade da barca, fazendo-a chegar ao destino, apenas pela ação humana e da natureza.

Durante numerosas décadas, um tipo ocupacional e social conhecido como *barqueiro*, ou *remeiro*, utilizou jangadas e outros barcos relativamente leves no São Francisco e seus tributários. A viagem rio acima era amiúde árdua e exigia grande dispêndio de energia até mesmo dos mais fortes, robustos e resistentes. Segundo soube o autor, nenhum estudo adequado foi jamais feito sobre o barqueiro, indivíduo tão pitoresco como economicamente importante durante o período em que trabalhou no São Francisco. (*O homem no Vale do São Francisco*, Donald Pierson, 1972, p. 311-12)





A literatura nos traz uma ideia dessa imagem por meio do conto *A araponga*, de Accioly Lopes.

Miguel Faiscô é remeiro. Remeiro do São Francisco não é gente. Não pode ser gente. Tem os pés redondos e frios como pacomão. Pés-de-mandiocapuba. Miguel sabe que é assim. Sabe. Por isso, sente-se, quando vestido de calção nu da cintura para cima, deslocado do mundo dos outros homens (1978, p. 19).

Ao descerem ao cais as coisas não eram diferentes. Muitas vezes, eram impedidos de entrar em festas da cidade e os donos de fazenda e comerciantes, assim que os viam aportar, mandavam trancar suas casas e guardar as moças. Havia uma barreira social, a qual eles não podiam ultrapassar, senão virava caso de polícia. Lugar de remeiro era nos bares baixos, nas *zonas* e nas areias das praias, onde deitavam-se com as mulheres damas da noite, como se chamava à época.



Assim, relegados a esta condição, esvaiam-se seus sentimentos de identidade, de gente. Eram considerados como brutos e possuíam um comportamento violento, sempre brigando nos bordéis, com a polícia e onde quer que passassem. Uma das entrevistadas, Pedrelina Ribeiro Bispo, conhecida por Dona Pidú, contou que, quando a barca se aproximava e as mulheres estavam lavando roupa, todas elas corriam para o alto e a esperavam ir embora, pois aqueles homens gostavam de *tomar boca*, ou seja, mostravam essa faceta de revolta com xingamentos.

Dessa maneira, a existência deles se reduzia à força de trabalho, a mera mercadoria. A jornada era de 12 a 14 horas diárias, carregando mercadorias e, por vezes, até familiares do patrão. As barcas maiores chegavam a pesar de 30 a 50 toneladas e, quando um remeio exausto se deitava nas sacarias de sal para descansar, era motivo de mais esforço aos outros colegas. Então, quem estava cansado tinha que ouvir piadas e comentários irônicos. Daí vem a expressão *foi pro sal*.



Todos esses e outros detalhes vão sendo narrados no documentário por meio de depoimentos e imagens que permitem remontar a história. Quem se deixa levar pela narrativa, sente como se estivesse ouvindo uma lenda.

A postura endurecida dos remeiros descrita nas falas parecia ser uma resistência e uma revolta à discriminação pela qual passavam. Além das relações de trabalho exploratórias, tinham que cumprir ordens do patrão, o barqueiro, sendo incumbidos de fazer o serviço de jagunços, de estivadores, entre outras tarefas.

O antropólogo Zanoni Neves, no artigo *Os remeiros do São Francisco na literatura*, identifica que o *estigma* caracterizava a posição social dos *moços de barca*. Essa marginalização não os permitia reconhecer seu trabalho como uma prática social representativa. Nesse caso, a professora de antropologia Alba Zaluar explica como se desenvolvem essas relações de poder pela opressão identitária: percebe-se que “uma das expressões da dominação é a construção da identidade do dominado pelo dominador. E uma das técnicas repressivas é a estigmatização de quem se quer reprimir” (*A máquina e a revolta*, 1985, p. 168).



O diretor do documentário **Remeiros do São Francisco**, Dêniston Diamantino, relata que é evidente a discriminação contra os remeiros. Pois além de serem vistos como inferiores, até suas roupas eram ridicularizantes. Vestiam saiotos de saco de estopa e ficavam, praticamente, nus. Segundo ele, essa carga pejorativa ainda perdura. A dificuldade que encontrou em conseguir financiamento para realização do filme, por exemplo, é vista como resquícios daqueles tempos.

Nas cenas filmadas, vê-se que os personagens tinham suas imagens deterioradas até por si mesmos, ao se denominarem como *piores* ou ao dizerem que o remeiro *trabalha na ignorância*. Contudo, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss lembra que “o homem, sempre e em toda parte, soube fazer do seu corpo um produto de suas técnicas e de suas representações (...) e mostraria que gestos aparentemente insignificantes, transmitidos de geração em geração, e protegidos por sua insignificância mesma, são testemunhos geralmente melhores do que jazidas arqueológicas ou monumentos figurados”.

Apesar do trabalho braçal, as representações culturais estavam ali contidas, expressas no próprio embalar das varas, que eram a principal relação deles com o mundo. Expressas no modo irônico de lidar com as adversidades; nas crenças que o rio despertava; nos modos de comer a jacuba – mistura de farinha, água e rapadura; e nas cantorias, que surgiam ao descansarem nas areias da praia ou quando vinham sendo levados pela correnteza a favor.

Dolorina Vieira da Silva, filha de proprietário de barca, dizia que como não tinham rádio, cantavam nos portos com violas e panelas para musicar. João Gonçalves de Souza, antigo remeiro, confessa que o trabalho era duro. Porém sentia-se orgulhoso ao dizer que aquilo era uma vida fantástica. “A gente cantava e comia rapadura, feijoada cozinhada no caldeirão de ferro. O dia amanhecia e todo mundo cantando”, relembra.

A água doce é a verdadeira água mítica **(Gaston Bachelard)**

A virulência contrastava com a alegria dos cantos ao descrever seu mundo, as paisagens por onde passavam e a fé ao Senhor Bom Jesus. Por isso, no dia 06 de agosto, a cidade de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, era tomada pelos remeiros e as barcas, que aportavam para enviar remessas de dinheiro e pedir proteção.

A devoção católica se misturava às crenças populares. Acreditavam que as cabaças com o dinheiro eram protegidas pelo caboclo d'água, e aqueles que se apossassem delas seriam amaldiçoados. Essas entidades do Rio São Francisco provocavam o respeito e também sentimentos de medo, como o *Minhocão*, considerado o responsável pelos naufrágios.

Para afugentar os maus espíritos, em meados do século XIX, as barcas passaram a ser adornadas com figuras de homem-animal, trazidas à proa e conhecidas como figuras de barca, cara de barca e mais comumente como carrancas, também símbolos de prestígio e identificação. Francisco Biquiba dy Lafuente Guarany, famoso escultor dessas imagens, dizia que quando tinha perigo a carranca dava três gemidos de aviso. Mas a certeza é que espantava as feras do Rio São Francisco.





Integradores

Além das trocas culturais, esses homens do rio foram essenciais ao processo de integração nacional do Brasil por desencadearem relações comerciais intensas e configurarem como principal meio de transporte e de informação entre as regiões brasileiras do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Dessa maneira, contribuíram para a fixação populacional ao longo do São Francisco. Faziam intermédios de exportação e importação com tropeiros e abasteciam os grandes latifundiários, uma vez que a criação do gado era um fator importante para a sobrevivência e desenvolvimento dos pequenos municípios. Assim, os remeiros foram agentes de movimentação dos processos econômicos nesses lugares.

O pesquisador, Zanoni Neves, por meio de uma análise antropológica, observa que em 1910, com a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil a Pirapora, em Minas Gerais, as trocas tiveram alcance maior ainda, integrando todas essas cadeias de relações comerciais e narrativas culturais aos centros urbanos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Os remeiros tiveram, assim, função social relevante a esse processo de ligações inter-regionais.

Em 1871, chegam os barcos a vapor que começam a se proliferar, intensamente, nos primeiros anos do século XX. Além disso, novas formas de transporte foram se desenvolvendo. Muitos remeiros migraram para as empresas de navegação e viam aquilo como uma espécie de promoção, comparada à posição degradante que tinham. A maioria deles até escondia as marcas deixadas pela vara, pois elas ainda eram o *estigma*.



Com a modernidade, a palavra remeiro era, cada vez mais, repudiada. E o desenvolvimento tecnológico fez com que a função desaparecesse por completo a partir da década de 1950; e ninguém queria ser lembrado por ela. Foi assim que o São Francisco teve parte de sua história ocultada, mas que, agora, pode ser vista e transfigurada na imaginação por meio do documentário. Daí sua relevância aos olhos de todos.

Dêniston Diamantino, idealizador do filme, alerta que as histórias do *Velho Chico* ainda são pouco valorizadas. Além disso, a região está sofrendo esquecimento e forte degradação ambiental. Se antes se falava que o rio estava morrendo, hoje se fala em *ressuscitá-lo*. Por isso, relata que nunca desiste de contar a história de seus ocupantes, sejam eles remeiros ou barranqueiros.

Todo o trabalho de concepção, pesquisa e produção do projeto audiovisual foi impulsionado pela paixão por esse mundo e pela certeza de que deixará a “memória do povo mais forte para defender o São Francisco das agressões e da penúria. Pois é da nossa raiz que vem a seiva que nos nutre; é da nossa raiz que vem a resina que nos une”, finaliza Diamantino.



Informações

A Bacia Hidrográfica do rio São Francisco abrange 639 mil km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2,8 m³/s (2% do total do país).

Tem 2,7 mil km de extensão. Sua parte inicial, tomando como referência a área montanhosa onde o rio nasce, na Serra da Canastra, a 1,2 mil km de altitude, ganhou a denominação de Alto São Francisco. Estendendo-se até a cidade de Pirapora, no centro-norte de Minas Gerais. A região perfaz uma área de, aproximadamente, 111 mil km².

Escoando no sentido sul-norte, no trecho seguinte o rio atravessa todo o oeste da Bahia, até o ponto onde se formou o lago represado de Sobradinho, no município de Remanso. Nessa região, a bacia é denominada Médio São Francisco. É a maior das quatro divisões, alcançando 339 mil km².

Depois de Remanso, o rio inflexiona o seu curso para o leste, constituindo-se na divisa natural entre os estados da Bahia e de Pernambuco, até alcançar o limite com Alagoas. É o SubMédio São Francisco, a segunda maior região, com 155 mil km².

Daí o rio segue na direção leste, formando a segunda divisa natural, dessa vez entre os estados de Alagoas e Sergipe. É o Baixo São Francisco, uma área de 32 mil km², onde o rio São Francisco deságua no Oceano Atlântico.

A Bacia está presente em sete unidades da federação – Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%) – em 504 municípios (cerca de 9% do total de municípios do país).

Com grande diversidade ambiental, a Bacia do São Francisco contempla fragmentos de diferentes biomas: floresta atlântica, cerrado, caatinga, costeiros e insulares. O cerrado cobre, praticamente, metade da área da bacia – de Minas Gerais ao oeste e sul da Bahia, enquanto a caatinga predomina no nordeste baiano, onde as condições climáticas são mais severas. Um exemplar da floresta atlântica, devastada pelo uso agrícola e pastagens, ocorre no Alto São Francisco, principalmente nas cabeceiras. Margeando os rios, onde a umidade é mais elevada, observam-se regiões de mata seca.

Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).







Ilé Omiojúàrò Patrimônio Cultural

“Sou de uma religião em que o tempo é ancestralidade”

“O candomblé é a luz da minha vida, é o som que ouço e a luz dos meus olhos. O candomblé é a minha cultura, é o sangue do meu corpo”

(Mãe Beata de Iemanjá)



Cultura Africana preservada em território sagrado

Fortalecer as expressões de matriz africana, assegurando um legado cultural ao povo brasileiro. Esse é um dos objetivos do terreiro de candomblé Ilé Omiojúàrò, localizado no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Nesse espaço não se manifestam, unicamente, ritos religiosos. No local, o **Projeto Ilé Omiojúàrò: Patrimônio Cultural**, entre outras iniciativas, dedica-se à identificação e preservação de bens materiais e imateriais, que reforçam a participação dos negros na construção da identidade do país, e dissemina esses costumes para além de seu território.

Ao fundar o Ilé Omiojúàrò, Maria Beatriz Moreira Costa, a Mãe Beata de Iemanjá, almejou que aquele não fosse apenas um local de práticas religiosas. Igualmente, queria torná-lo um espaço, no qual a dimensão das relações entre religião, cultura, política, comunicação e preservação do patrimônio fossem reconhecidas e respeitadas. Portanto, aos *filhos*, forma como são chamados os membros do Ilé, ela transmite a consciência de que o terreiro é, sobretudo, mantenedor da memória dos negros trazidos da África, e que, com sua territorialidade e reminiscência, guarda símbolos culturais sagrados.



Esses símbolos estão reunidos e catalogados no *Acervo Mãe Beata de Iemanjá*. Entre eles, estão utensílios de uso doméstico, usados nas casas de engenho; objetos utilizados nos cultos de candomblé; indumentárias usadas pelos membros do terreiro; instrumentos musicais; e, até mesmo, ferramentas usadas para prender e açoitar negros, durante o período da escravidão.

Além disso, o **Ilé Omiojúàrò: Patrimônio Cultural** está em permanente articulação, por meio de apoio das iniciativas governamentais e privadas, para produzir ações como oficinas, saraus, aulas de samba de roda e apresentação de filmes, que revisitam as matrizes civilizatórias de origem africanas, após a diáspora, e são direcionadas à comunidade. Desta forma, este território sagrado para os povos de religiões de matriz africana, traduz-se em salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro.

O sociólogo carioca Muniz Sodré avalia que as manifestações usadas pelos terreiros para reviver a cultura negra, já eram utilizadas como forma de socialização da diáspora africana no Brasil, desde o período da escravidão. Segundo ele, os negros que viviam nesta situação, para manter suas identidades, utilizavam as práticas religiosas, muitas vezes, entendidas pelos senhores de engenhos como *brincadeiras*.

Partindo deste princípio, o acervo está sendo construído com o objetivo de permitir uma troca de saberes entre as diversas gerações. “É a reunião de símbolos que vão além de objetos palpáveis, que passam por um sentido de pertença”, explica Adailton Moreira Costa, filho biológico de Mãe Beata e *Baba Egbé*, que significa pai da comunidade **Ilé Omiojúàrò**, além de ser um dos idealizadores do acervo. De acordo com ele, receber apoio para a implementação do projeto significa valorizar a herança deixada pelos antepassados e propiciar representatividade aos povos e comunidades.



Acervo Mãe Beata de Iemanjá

A exposição de objetos sagrados

As peças do acervo foram reunidas por Mãe Beata ao longo dos anos. Nem todas são usadas nos cultos do candomblé, mas, ainda assim, são consideradas sagradas. São elementos carregados de simbolismo e história, que preservam e difundem valores culturais herdados das comunidades de descendentes de africanos e ajudam a contar a história de resistência dessa população.

Os objetos do *Acervo Mãe Beata de Iemanjá* passam por processo de identificação e são relacionadas em um *Livro Registro*. Para isso, recebem etiquetas com pequenas descrições contendo nome e função da peça. Nos livros, é possível ter acesso a uma descrição mais específica, feita pela própria Mãe Beata. Na definição do atabaque, por exemplo, ela explica que são instrumentos sagrados, tocados por *alabês*, músicos que fazem a percussão. O som deles tem o poder de chegar a *Orun*, o mundo espiritual, e trazer energia sagrada para quem está no barracão.

A cadeira da *lalorixá*, sacerdotisa e chefe do terreiro de candomblé, é outro objeto de muito respeito. É nela que Mãe Beata se senta para receber seus *filhos* e participar dos rituais. Só é permitido se sentar quem for convidado pela mãe de santo. Do contrário, é considerada uma grande falta de respeito.

Também estão expostas fotografias de pessoas especiais na vida de Mãe Beata. Sua *lalorixá*, a Mãe Olga de Alaketu, na ocasião em que inaugurou o Ilé Omiojúàrò. Seu pai, Procópio de Ogunjá do Baixão e o único irmão que teve por parte de pai e mãe, Aderbal, o Bal. Além de fotos próprias, tiradas em momentos emblemáticos de sua vida, como quando esteve na capital da Alemanha, em Berlim, para apresentar o espetáculo *Olhos D'Água – Navio Negroiro*.



Em maior número estão os utensílios domésticos. Entre eles, pilões, lampiões, ferro de passar roupa a carvão, moinhos, vasos de barro, cestos, ralos e candeeiros, além de materiais usados nos rituais de candomblé. As gamelas, por exemplo, eram usadas para servir comida aos orixás, já a cabaça, na religião, representa o ventre sagrado. A bacia de ágata é guardada com carinho especial, foi presente que a mãe de santo de Mãe Beata lhe deu na cerimônia em que a *arrumou Iemanjá*. “É o maior brilhante que tenho em minha casa”, diz ela, “essa bacia faz parte de toda minha ancestralidade”.

Nos livros registros, além da catalogação desses objetos, igualmente, estão registrados saberes voltados ao cuidado das ervas e o modo de fazer enraizados, bem como formas de expressões literárias e musicais, calendários de rituais e celebrações de festas que marcam a vivência social do terreiro, no qual se reproduzem práticas culturais coletivas.

Devido a forte ligação do candomblé com os elementos da natureza, a fauna e a flora também são percebidas como instrumentos de preservação da memória, história e tradição do axé. Por isso, são consideradas como bens culturais naturais, que devem ser tratados com afeto e pertencimento, assim como a oralidade, os saberes e os ofícios.



Ilé Omiojúàrò

30 anos de luta e resistência

O *Axé Casa das Águas dos Olhos do Caçador*, tradução iorubá para Ilé Omiojúàrò, foi fundada por Mãe Beata de Iemanjá, no dia 20 de abril de 1985, e, desde então, tem se consolidado como um espaço de luta e resistência na política, cultura, educação, meio ambiente, literatura, direitos humanos e na manutenção e preservação das tradições afro-brasileiras.

Semanalmente, cerca de 150 pessoas são recebidas no terreiro situado no bairro de Miguel Couto, no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. São devotos que vão à procura de uma religião que prega o amor, o acolhimento, a irmandade, a justiça e a troca.

O terreiro é visto por seus *filhos* como um espaço de luta, acolhimento e resistência, onde se vive e aprende a importância das crianças e da juventude na perpetuação das tradições. Desde 2010, é considerado um Ponto de Cultura, ou seja, atua como parceiro do Estado na articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Por isso, eventualmente, o Ilé Omiojúàrò oferece aulas de samba de roda, a arte do ferro e teatro.

O espaço, ainda, desenvolve parcerias com projetos governamentais e iniciativas privadas. Entre eles, *A Cor da Cultura*, programa educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Centro de Informação e Documentação do

Artista Negro (Cidan), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), a TV Globo e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR).

A atuação do terreiro, ainda, está voltada à produção de materiais que ajudem a divulgar a cultura de matriz africana e facilite a prática da Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*. Um exemplo é o documentário *Encruzilhada das Águas – A vida de Mãe Beata de Iemanjá*, que contou com o incentivo da Lei Rouanet.





Mãe Beata: o patrimônio vivo

Maria Beatriz Moreira Costa, a sábia senhora de 84 anos, nasceu em 20 de janeiro de 1931, em Cachoeira de Paraguaçu, no Recôncavo Baiano. Chegou ao Rio de Janeiro em 1969 em busca de uma vida melhor para ela e os quatro filhos. Em 1956, foi iniciada por Mãe Olga do Alaketo, em Salvador, na Bahia, e em 1985, fundou o terreiro Ilé Omiojúàrò, quando assume o cargo de Ialorixá.

“Meu pai não me deixou estudar, para ele, mulher não precisava aprender a escrever muito,” relembra Mãe Beata. Ainda assim, a menina que só estudou até o terceiro ano se tornou escritora e lançou o livro *Caroço de Dendê – a sabedoria dos terreiros e Histórias que a minha avó contava*, no qual narra parte da tradição oral contada por sua mãe, Maria do Carmo.

Em 2014, Mãe Beata recebeu o *Prêmio de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*, ocasião em que passou a ser considerada *Patrimônio Vivo*, por ser símbolo da difusão do candomblé e da cultura africana no estado fluminense. Anteriormente, em 2007, foi uma das cinco escolhidas pelo Senado Federal para receber o prêmio *Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz*, que homenageia mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no país.

A sacerdotisa conhece bem sua origem e gosta de descrever a hierarquia que rege sua família. Descendente direta de africanos que foram sequestrados na cidade de Ketu, na Nigéria, Mãe Beata sabe com detalhes a história da diáspora de seus antepassados para o Brasil. “Meus bisavós vieram da África trazendo duas filhas gêmeas. Uma morreu no navio negreiro e foi lançada ao mar, a outra, minha avó, foi vendida como escrava,” conta.

A mãe de santo carrega consigo a responsabilidade de levar adiante a cultura de seus ancestrais e resistir ao preconceito sofrido pelo povo negro. Por isso, se firmou como liderança no candomblé e se destaca por defender as causas raciais, sociais, de gênero e de diversidade sexual e cultural. Defesa que é feita por meio da oralidade. “A vida inteira eu mantive meu axé através da palavra”, explica Mãe Beata, “a fala é o antídoto contra tudo que possa existir de ruim em nossas vidas”.

Poema

Vida que é minha vida
 Que eu não vou negar
 Vida que é minha vida
 Que minha ancestralidade eu vou guardar
 Vida que é minha vida
 Vida que eu não vou deixar
 Vida que é minha vida
 Que me ensinou a caminhar
 Vida para mim é fé
 Vida que eu sei o que é
 Vida é respeito
 De pegar e acolher
 Vida é tudo isso
 Que orixá me ensinou a fazer
 Vida é tudo isto que guardarei com todo o amor
 Vida é para mim tudo que os ancestrais me transformou
 Me deram a responsabilidade
 De amar a vida
 Guardar o sagrado
 Sempre à espreita em um corredor
 Para saber o que vinha contra o nosso protetor
 Bebendo a água do pote
 Olorum que me ensinou
 Comendo acaçá
 O alimento dos Orixás
 Vida que é minha vida
 Que minha ancestralidade eu vou guardar
 Vida que é minha vida
 Vida que eu não vou deixar
 Vida que é minha vida
 Que me ensinou a caminhar
 Vida que é tudo isso
 Que agora eu vou lhe mostrar.

Mãe Beata de Iemanjá – Para o 28º Prêmio Rodrigo Melo de Franco – Em homenagem aos 450 anos do Rio de Janeiro





Preservação da
Tradição
e da **Cultura**
do Centro-Oeste Goiano

“Quem estuda português tem facilidade para ler e escrever. Quem estuda matemática tem facilidade para raciocinar. Agora, o folclore... ah, o folclore faz as pessoas reconhecerem suas raízes. E faz ter orgulho delas! Faz ter coragem”

(Bariani Ortêncio)

O Centro-Oeste na linguagem e nas tradições

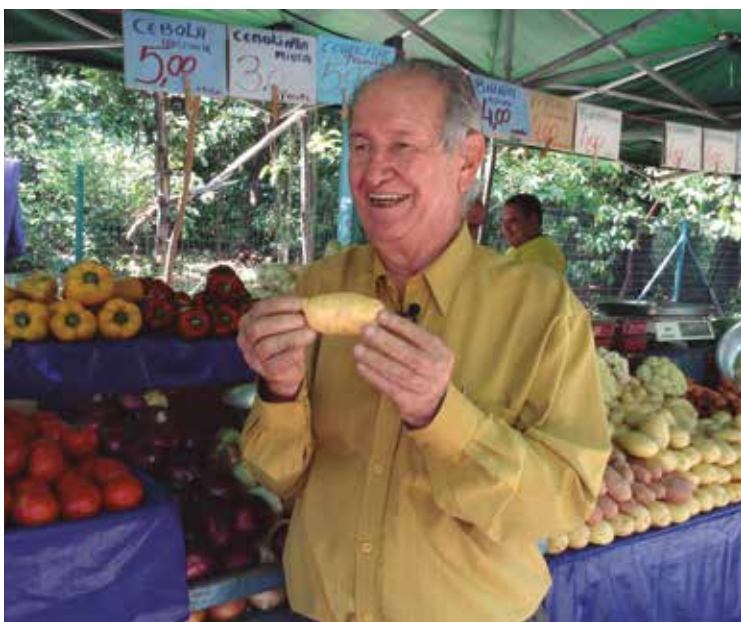
Aparentemente era um trabalho de 40 anos, mas a estrada diria a verdade: eram 92 de pesquisa e de vida. Bariani Ortêncio possui os olhos firmes de quem tem história de sobra para contar. O corpo insistindo em acompanhar a mente: não param. Enquanto as pernas caminham diariamente pelo Bosque dos Buritis e nas feiras da cidade de Goiânia, a mente persegue veloz pelas estradas do cerrado.

Do chão batido, das conversas muitas, das modas de viola, dos fogões a lenha, ele fez na mente um arquivo incontável. Mas, persistente que era, insistia em contar e foi aí que organizou, detalhada e dedicadamente seus contos, memórias e receitas. Essas andanças e coletas estão registradas em três livros que originam o projeto **Preservação da Tradição e da Cultura do Centro-Oeste Goiano através da Trilogia de Bariani Ortêncio**.

Tudo começou com a visita do folclorista Edison Carneiro, que foi a Goiás em 1966. Naquele tempo, o antropólogo Câmara Cascudo reunia o material que veio a se tornar a antologia *História da Alimentação no Brasil*. Nas correspondências entre os dois, Carneiro relatou sua experiência goiana: fora levado por Bariani e pela escritora Regina Lacerda à cidade de Hidrolândia, onde acompanhou todo o feito de uma tradicionalíssima pamonhada.

Em depoimento, o idealizador desta iniciativa conta que “foi chegando gente com cavalo, com saco de milho, e ia jogando tudo no chão. As pessoas descascando milho, cortando espiga, preparando a pamonhada. Era muita moça, menino, cachorro, todo mundo ali. No final das contas, serviu a pamonhada: e era pamonha de sal, de doce, pamonha com jiló, pamonha com pequi”.

Entusiasmado, Edison Carneiro relatou a Cascudo que a pamonhada em Goiás não era apenas um prato culinário, mas uma reunião social e que podia dar até em casamento! Logo, a receita acabou entrando para o livro do antropólogo, que incentivou Bariani a buscar mais receitas.





Ali nascia, então, o primeiro número da trilogia de Bariani Ortêncio, que também inclui o *Dicionário do Brasil Central e Medicina Popular do Centro-Oeste*. Os títulos quase dizem por si só, mas é preciso que o leitor aprenda a escutá-los com todo seu encantamento. São mais que números a serem postos em uma estante, eles preservam a cultura e a tradição de um povo que habita esse sertão sem fim que é o Centro-Oeste. Dos habitantes e de seus ancestrais. De sua fala, seus jeitos, seus costumes. Num ritmo que é, ao mesmo tempo, ensimesmado e acelerado, pois segue o giro da saia da cultura – que é dinâmica e não sabe parar.

Foi por conta desse ritmo que Bariani resolveu, palavra por palavra, documentar a terra que ele escolheu como sua. Filho de uma família de origem italiana nasceu e viveu no estado de São Paulo até os seus 15 anos. De um lado, via findar o

trabalho com a madeira que era ferramenta de um ofício familiar. De outro, vinham os convites do Departamento de Imprensa e Propaganda – instituído pelo Estado Novo de Getúlio Vargas entre os anos de 1939 e 1945 – que anunciavam uma Goiânia moderna e recém-criada, pronta para receber os trabalhadores de todos os cantos, dispostos a inventá-la.

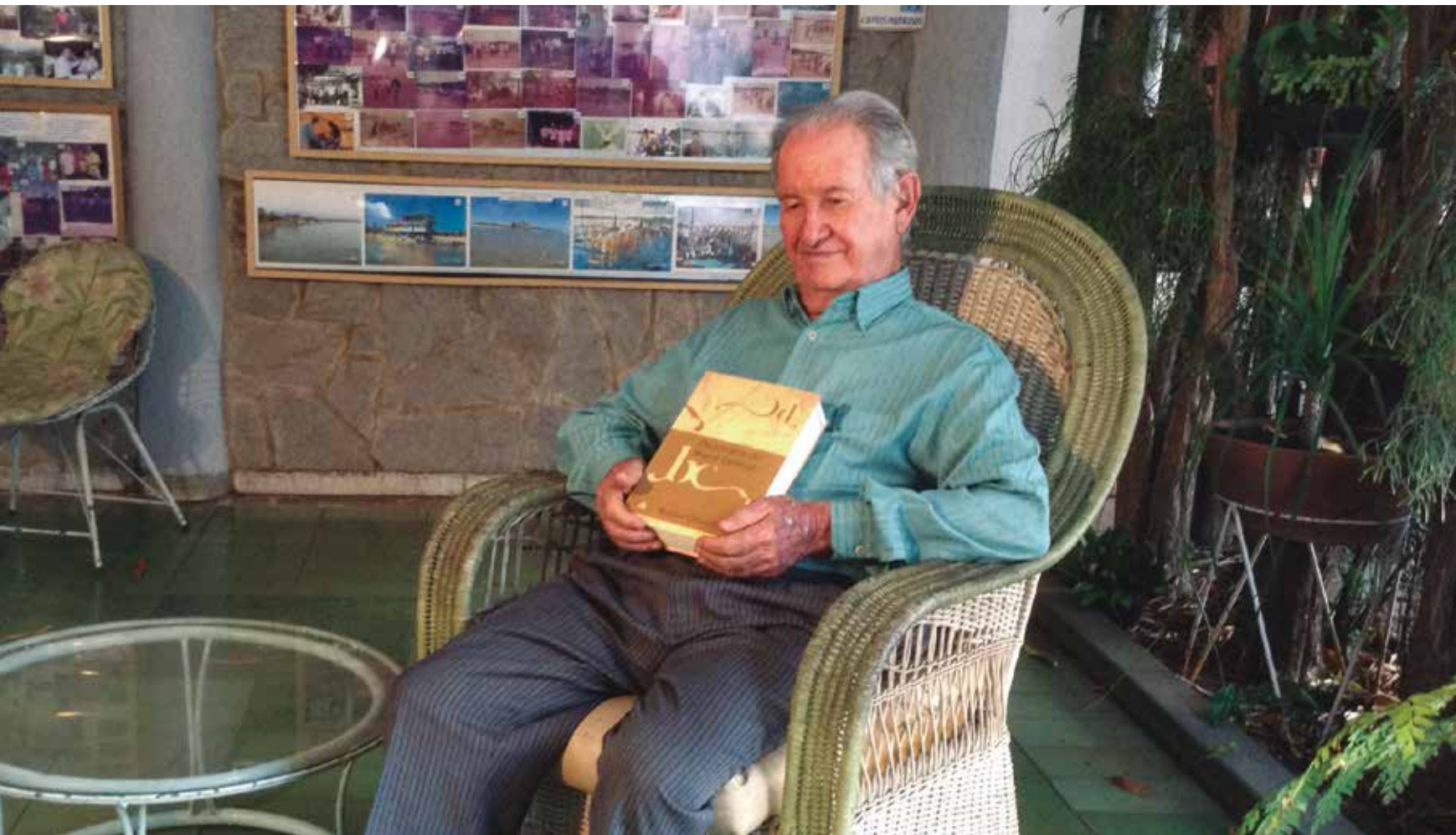
E o menino Waldomiro, hoje *Seu Bariani*, veio encontrar o Goiás. Curioso, conversador, foi logo se enturmando com os meninos do futebol e virou goleiro do Atlético Goianiense, aluno do Liceu e comerciante, um dos primeiros da cidade, com o Bazar Paulistinha. Virou e ainda é contador de *causo*, compositor de moda de viola, e, antes que percebesse, virou goiano, não só de coração, mas por opção.



Nessa terra protegida por águas de rios e cores de ipês, ele fez florescer a cultura dessa região por meio das narrativas. Hoje são mais de 40 livros publicados, abrangendo todos os gêneros. Sem contar as *cento e tantas* canções gravadas, com composições de um menino que não sabe fazer nenhuma clave de sol, mas que sabe contar histórias.

Descobriu-se folclorista, como ele mesmo diz, e revelou para tantos um dos muitos *brasís*. Considerando que folclore quer dizer o estudo do povo, é, justamente, isso que ele faz de melhor, desde quando passava longas horas na entrada da nova capital goiana, ouvindo os cargueiros que iam e vinham. Ouvindo os colegas de pescaria e do futebol, os artistas e escritores. Por fim, construindo relações com essa gente toda que povoou Goiás.

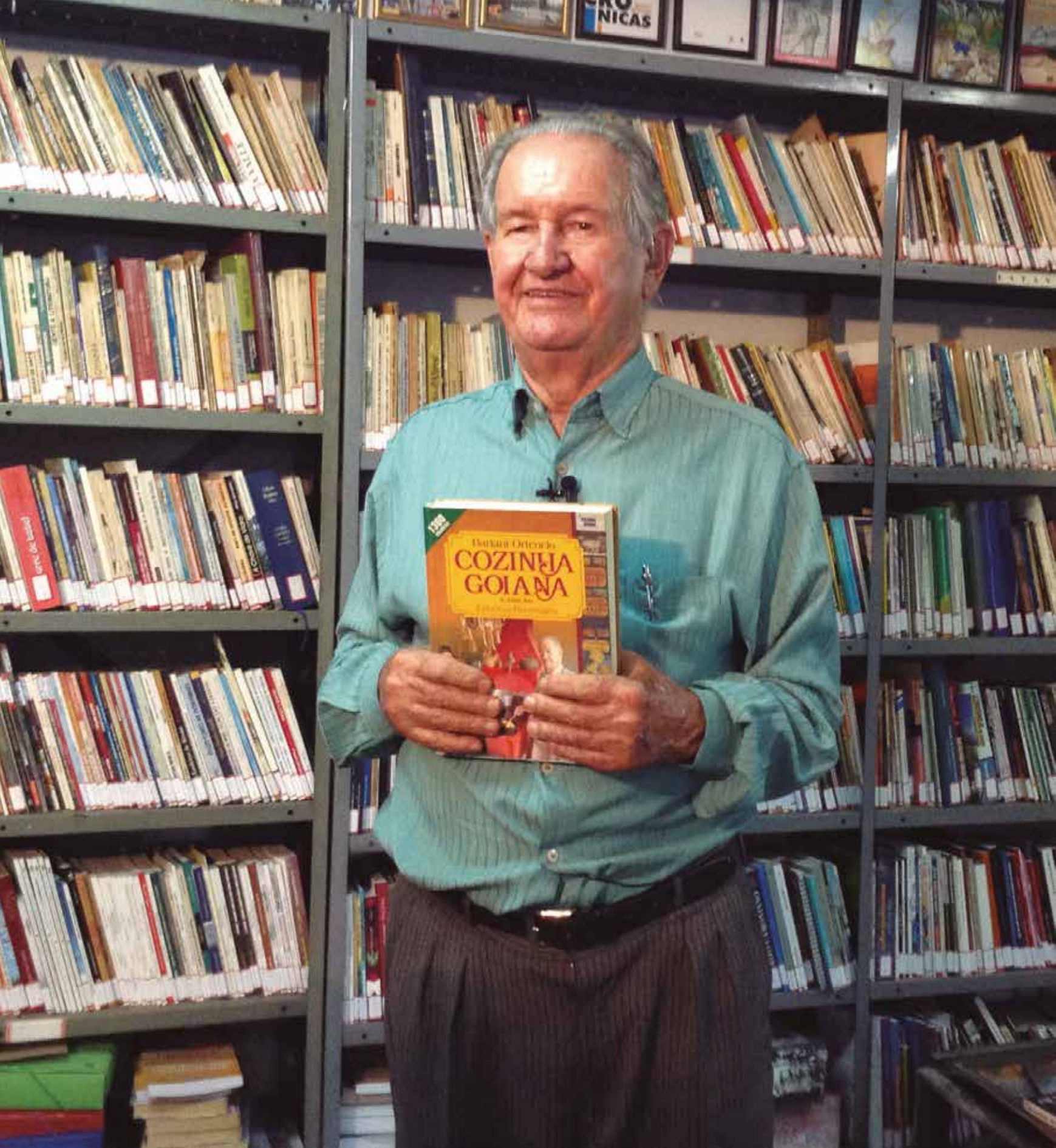
Sua trilogia do Centro-Oeste nada mais é do que a comprovação desse esforço em registrar uma tradição, a partir de um trabalho que começou sendo escrito à mão e na máquina de datilografar, compilando milhares de fichas com os registros dos costumes locais. Hoje, são livros premiados, exportados mundo afora e considerados por seu cunho histórico e científico. Afinal, relatam uma origem que mistura as raízes indígenas, africanas e portuguesas, até chegar à formação dessa gente que mora na cidade grande, mas ainda inventa galinhada com pequi, cura sarampo com folha de sabugueiro e sabe bem o que significa ser goiano do *pé-rachado*.



A trilogia **Preservação da Tradição e da Cultura do Centro-Oeste Goiano**, como a cultura, reinventa-se a cada momento. Cozinha Goiana ganhou fama e correu o mundo, chegando a sua oitava edição. *Medicina Popular* e *o Dicionário do Brasil Central* estão nas segundas edições. Nas suas pesquisas, a resposta que ele não encontrou foi para algumas doenças da modernidade, como a nomofobia – uma angústia gerada pela impossibilidade de comunicação e ausência de aparelhos telefônicos.

Assim, os livros cumprem o papel de documentar e fazer fluir o que a oralidade faz há muito tempo: construir e preservar o conhecimento tradicional. “Se alguém quiser saber, está aqui nos livros. Quando eu comecei esse trabalho, na década de 1950, eu vi que o progresso vinha desordenado, avançando demais. Pensei que ia chegar um tempo em que essas coisas tradicionais, ninguém ia saber mais nada. Então eu tinha que registrar tudo que eu pudesse sobre o Centro-Oeste para ficar guardado.”

Também não é qualquer registro que vale o esforço. As receitas e verbetes têm que ser transmitidos de geração para geração, refletindo as influências externas, mas sempre com a pitada da *goianidade*. Para ele, o saber pode estar no quibe com ovo, no biscoito de cará, nas manifestações singulares e nos símbolos de identidade. Segundo Bariani, o projeto da Trilogia é quase um reflexo da sua história de vida. Contudo, não pretende deixar esse conhecimento da porta para dentro, e sim, da porta para fora, ou quem sabe até para o mundo. Esse alcance, segundo ele, pode começar pelo caminho da educação, pois o conhecimento, também, pode vir do saber do outro.



Conta, Seu Bariani...

A trilogia

“O *Dicionário do Brasil Central* é sobre o modo de falar, a linguagem, os usos e costumes daqui. Tem os nomes de todas as cidades de Goiás, seus primeiros nomes, que fundou. Tem o folclore de tudo aqui. Depois, consegui fechar *Medicina Popular*. Essa trilogia é uma coisa, viu?”


Começamos o *Medicina Popular* desde os pajés. Eles começaram, passaram para o povo que veio chegando. Muito da medicina alopática também saiu da medicina indígena. Vamos lá nas raízes para buscar e mostrar, a história, como era no começo, como se tratava cada coisa. Tem uma evolução. Goiano, no geral, tem a raiz na roça, então todo mundo entende bem. Lá na roça tem o que eles chamam de horta de couve, que é a horta comum; e tem a de plantas medicinais, que vai sabugueiro, alfavaca, erva cidreira, essas coisas. Aí quando vem pra cidade, tem que comprar remédio em farmácia. Mas todo mundo tem uma história, de pai ou de mãe. E a gente não perde nada, toda conversa que tem você tira o que pode. Não para. Já o primeiro livro *Cozinha Goiana* saiu com 400 receitas. Hoje nós estamos com 1300 receitas!”

O Trivial

Ah! O arroz com guariroba, o arroz maria-isabel!
 O arroz-de-moça-pobre, o delícia, o casadinhos,
 O arroz feito com suã, o fulvo arroz com pequi!
 E o feijão frito e o pagão, feijão-caipira ou tropeiro,
 Tutu de arroz e feijão?
 E a almôndega batida,
 O angu-de-milho-e-quiabo?
 E o refogado-de-milho,
 a cambuquira, o quibebe, o molho-pardo,
 A paçoca,
 O escaldado-de-farinha-de-milho, a galinhada,
 A frigideira-de-umbigo-de-bananeira, o cará,
 A tigelada-de-queijo, de mamão verde e chuchu,
 E o maxixe, o mangarito, as empadas-de-domingo,
 Carne-de-porco-na-lata, pamonha de todo jeito?
 Tudo isso e mais a fome
 Da cidade e do sertão,
 Tudo isso e mais o gosto
 Da pimenta e do limão,
 Tudo isso, minha gente,
 Vai perdendo a tradição,
 Vai ficando na saudade,
 Na forma de algum refrão,
 De algum discurso eficaz,
 Que possa matar a fome,
 Comendo apenas o nome
 Das comidas de Goiás.

(Poema de Gilberto Mendonça Teles, dedicado a Bariani Ortêncio)





Levantamento das **Casas** enxaimel de Blumenau

“Edifícios antigos contam muitas histórias e seus proprietários tiveram bom uso de seus serviços. Mas, depois de décadas, muitas vezes é necessário reabilitar os edifícios antigos para continuar seu uso. Esta necessidade de limpá-lo, no entanto, oferece a oportunidade de adaptar o prédio às exigências de hoje para o uso. A reabilitação de componentes de madeira velhos e danificados requer muita experiência e intuição”

(Rose-Holzbau - traduzido por Paulo Volles, em “Restauo Completo de Casas Enxaimel”)



Tradição alemã

que resiste ao tempo

Os alemães migraram para o Brasil no século XIX, influenciando tradições, a cultura e o comportamento dos moradores do sul do país. Grande parte era composta de camponeses e ex-artesãos que vieram em busca de oportunidades e prosperidade. Tinham o intuito de colonizar a região que se encontrava despovoada. Assim, fixaram raízes e remontaram a vida, trazendo os costumes europeus para terras tão diferentes.

Uma das influências mais visíveis, transpostas por esses povos do *Velho continente* para o *Novo mundo*, são as casas em estilo enxaimel, caracterizadas por grandes telhados e madeira aparente na fachada. Um tesouro arquitetônico que pode ser apreciado em diversas cidades catarinenses e gaúchas. De construção complexa e resistente, o enxaimel é uma das principais atrações turísticas em qualquer região de colonização alemã.

Quando os primeiros alemães chegaram ao país, este modo construtivo já não era mais tão utilizado em território germânico, mas acabou sendo a escolha mais adequada para as condições encontradas em estados como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e, principalmente, Santa Catarina (SC). Exemplo arquitetônico altamente ecológico e com uma proposta estética diferenciada. Restam poucos modelos que seguem a tradicional técnica no Brasil.

A charmosa Blumenau, fundada pelo farmacêutico alemão Hermann Blumenau, em 1850, é famosa por preservar a forte influência cultural de seus principais colonizadores. Os exemplares mais representativos são a Prefeitura, o Castelinho

da Havan, uma conhecida loja de departamentos, além da Vila Germânica, centro turístico onde ocorrem eventos e exposições. Todo ano, milhares de turistas visitam o local para conhecer mais sobre a Alemanha.

Para mapear a história do enxaimel e fazer com que este patrimônio não se perdesse, Paulo Roberto Volles, integrante de um grupo de carpinteiros especializados neste método de construção, e a arquiteta Angelina Wittmann decidiram fazer um levantamento que identifica 226 construções enxaimel em Blumenau. “Foi muito importante ter conseguido ultrapassar a marca de 200. Trata-se de um aspecto relevante poder afirmar que ainda há centenas de casa enxaimel na cidade. Mas serve também de alerta, pois em alguns anos muitas podem desaparecer”, destaca Volles.

Esse tipo de construção tradicional, apesar de ser resistente e representar um forte traço cultural dos habitantes da região, começou a entrar em declínio e parar de ser produzida, principalmente, após a repressão de estrangeiros, na década de 1940, em decorrência da II Guerra Mundial. Para comprovar que ainda resistem, foram feitas pesquisas documental e fotográfica em cada casa e coleta de medidas específicas, se utilizando de padrões imperiais (proporções corporais dos monarcas germânicos, como reis, príncipes, duques e imperadores de cada região que dominavam).



Após a análise minuciosa do grupo de carpinteiros e da arquiteta, foi montado um banco de dados inédito, resultado do projeto **Levantamento de Casas Enxaimel de Blumenau**. Segundo os integrantes, foram sete meses de muito trabalho para criar a base que serve como fonte de pesquisa para a região. Acompanhado da também carpinteira Gisele Diel, Paulo Volles catalogou endereços e condições de medidas de cada residência. Ele afirma que a cidade, conhecida por abrigar a tradicional Oktoberfest, possui a maior e mais completa diversidade em tipologias de enxaimel do Brasil. Há escolas, marcenarias, residências, salões de baile, lojas, escritórios, hotel, hospital e até museus.

A iniciativa nasceu da vontade de saber quais eram as condições deste modo construtivo que resiste na cidade catarinense. “A ideia partiu de uma necessidade de aprimorar nosso trabalho, mas também de ter este banco de dados como um meio de esclarecimento público. Quando iniciamos a pesquisa, dez anos atrás, buscávamos artigos e livros sobre o tema, mas as informações disponíveis eram vagas”, explica Volles.

Segundo ele, pouco se falava sobre a técnica e, quando havia algo, era sem o mínimo de fundamento. “Na prática, não funcionava. Até os conceitos sobre a técnica estavam equivocados, causando restauros mal planejados e executados de forma incorreta. Apesar de sempre questionarmos isto com acadêmicos, arquitetos e historiadores, não tínhamos argumentos para convencer. Também era preciso criar um banco de dados confiável. Com informações técnicas e úteis para a preservação do patrimônio.”

De acordo com o levantamento, hoje, Blumenau tem o maior acervo de edificações enxaimel fora da Europa. Contudo, essa tradição arquitetônica, até então, nunca havia sido estudada de maneira sistemática. O grupo de pesquisadores descobriu, durante conversas com alguns proprietários, que houve algumas tentativas de pesquisas anteriores, porém não foram divulgadas ou concluídas. Isso os motivou ainda mais, pois tinham a chance de demonstrar a determinação de um trabalho bem feito.



Uma das primeiras preocupações de Volles e Diel foi buscar informações úteis para a preservação. Como carpinteiros de enxaimel, eles tinham noção de quais medidas seriam fundamentais para uma eventual reconstrução de cada casa. As medidas foram, então, tomadas quando a condição local permitia. Também utilizaram a fotogrametria – técnica que extrai métricas com base nas fotos – como recurso complementar.

O levantamento foi feito rua por rua de toda a cidade de Blumenau. As casas eram localizadas visualmente e logo era solicitada ao morador ou proprietário a permissão para medições e fotografias. Todas as fotos eram com uso de escala, recurso que permite inserir e ajustar as imagens em programas de computador, gerando informações de métricas precisas e de pontos, às vezes, inacessíveis da casa. As partes medidas nas edificações eram as mesmas utilizadas durante sua fabricação. Estas serviriam também de referência para se identificar a origem do carpinteiro na Alemanha, conforme o padrão de medição vigente.

O que é enxaimel?

Enxaimel ou Fachwerk (originário de “Fach”, como denominavam o espaço preenchido com material entrelaçado de uma parede feita de caibros) significa enchimento. O enxaimel é uma antiga técnica construtiva, na qual uma estrutura rígida de madeiras encaixadas conta com seus vãos completados de alvenaria. Primeiro, era construído o esqueleto da casa, com toras grossas de madeira. Entre as vigas verticais eram colocadas as horizontais e nas extremidades das paredes inseridas algumas em ângulo, para não ter inclinação. Quando a **caixa** ficava pronta, os espaços eram preenchidos com materiais disponíveis de acordo com a região. Em Santa Catarina, há maior ocorrência de tijolos maciços sem uso de reboco.





Ao longo das pesquisas, foram realizadas palestras gratuitas para divulgar alguns resultados, promover o debate e potencializar a preservação deste Patrimônio Cultural. Também foram realizadas oficinas da técnica enxaimel com o objetivo de estimular este ofício e ilustrar a forma como eram feitas as casas, utilizando apenas ferramentas de época.

Uma construção enxaimel tem vantagens em comparação com casas convencionais. A rapidez de construção, a sua beleza natural, sua identidade com a Alemanha e a durabilidade são alguns de seus destaques. “Porém o que eu mais aprecio é o fato de que o morador tem a possibilidade de desmontar a casa e remontar em outro lugar, caso queira”, resume Volles.

O carpinteiro e sua equipe são responsáveis pelas novas casas deste estilo construídas em Blumenau. Na técnica, a mesma de 150 anos atrás, nada mudou. A estrutura de madeiras encaixadas e preenchidas com tijolos permaneceu exatamente igual. “Todas as nossas casas são 100% encaixadas e obedecem as tradicionais normas alemãs. O uso de pregos ou parafusos na estrutura é considerado *descharacterização* no enxaimel. Talvez um dia, daqui a cem anos, nossas casas também passarão a ser históricas”.



Descrição de Paulo Volles

“A maior característica do enxaimel está na forma como ele é fabricado (sim... não é construído, é fabricado). É uma casa pré-fabricada! Na oficina do carpinteiro todas as peças da estrutura têm seus encaixes feitos previamente e cada parede da casa é montada, deitada no chão. Uma vez pronta e alinhada, as peças recebem uma numeração em romanos. Esta numeração servirá para orientar a sua devida montagem depois. A montagem é outro evento impressionante. Graças a este recurso de numeração, toda estrutura de uma casa enxaimel pode ser erguida em até dois dias. Fica extremamente rígida e, em seguida, já pode ser coberta com telhas. Como sua estrutura é totalmente encaixada, ela é translocável. Ou seja, pode ser desmontada e remontada em outro local igual como era”.



Curiosidades

- A grande maioria das edificações enxaimel de Blumenau é feita com preenchimento de tijolos. Apenas nove, dentre as 226, possuem preenchimento com taipa.
- Todas as edificações históricas possuem numeração de peças. Algumas em números romanos, outras em números enxaimel. Algumas com ambos. Uma única, curiosamente, usa traços.
- Foram registradas, aproximadamente, 1,5 mil fotos. O banco de dados é o mais completo até hoje já realizado com as principais medidas da maioria das edificações.
- 26 edificações já foram translocadas pelo menos uma vez. Ou seja, foram desmontadas de um lugar e remontadas em outro.
- A mais antiga é de 1858, e a mais recente do ano de 1945, considerando-se as históricas.
- A maior edificação de enxaimel em Blumenau é o Hospital Misericórdia. Com três andares e seus pesados barrotes, tem mais de dez metros de comprimento.
- A menor edificação possui apenas 21 m².
- O centro de Blumenau possui dez edificações enxaimel históricas. Três estão escondidas entre prédios e rebocadas. O bairro com mais edificações é a Vila Itoupava.
- Todas as edificações históricas possuem encaixes com pinos, na maioria dos casos de 16 e 19 mm. Apenas uma única não possui furos de pinos, e isto está associado à impossibilidade de importar ferramentas durante o período da primeira guerra mundial.
- O esteio de canto, que seria o *pé direito*, possui medidas bastante variadas, desde 2,19 a 3,84 m. Quando esta medida é igual entre algumas edificações, indica que seja o mesmo carpinteiro que as fez ou posteriormente por seu aprendiz usando os mesmos padrões ou eram da mesma região de origem na Alemanha.





Grupo Uirapuru Orquestra de Barro

“Poesia é voar fora da asa”

(Manoel de Barros)

O som da transformação social que vem do barro



Uirapuru é conhecido pelas lendas populares por ser um pássaro da Amazônia com canto mágico. Dizem que quando ele canta, os outros pássaros se calam. A ave encantada serve de inspiração para uma comunidade de Cascavel, semi-árido cearense, onde jovens e crianças se unem pela música no **Grupo Uirapuru Orquestra de Barro**. A sua formação ocorreu no ano de 2009, com o objetivo de valorizar a ancestral produção artesanal do barro no vilarejo, além de fomentar a produção do conhecimento local nos jovens, promovendo transformações sociais.

Cascavel está localizada no litoral leste do Ceará, nordeste brasileiro, onde estão algumas das praias mais bonitas do país. Na cidade fica Moita Redonda, polo representativo de produção de cerâmica. Para se chegar até lá, é necessário saber o caminho, pois não há placas, tampouco água encanada. O trabalho com o barro feito no povoado não tem origem festiva ou religiosa, nasceu da sobrevivência e da necessidade de se ter um pote de água ou uma panela para cozinhar.



“A história com o barro passou da minha avó para a minha mãe, que ensinou para mim. E, agora, para minhas crianças. Criei meus 15 filhos com o trabalho do barro”, explica Dona Tarina, ceramista e moradora do vilarejo.





Valorizando os modos de fazer local, no ano de 2005, iniciaram-se oficinas de cerâmica, nas quais as mulheres mais velhas da comunidade passaram a ensinar o manuseio do barro às crianças e aos jovens. Quatro anos depois, essa rica tradição cultural ganhou força com a ajuda do artista plástico, músico e *luthier* – quem fabrica instrumentos – Tércio Araripe. Ele teve a ideia de desdobrar esta prática por meio da fabricação de instrumentos musicais de barro que desencadeou na formação de uma orquestra com os filhos e netos das *senhoras do barro* de Moita Redonda.

“Produzidos com a ajuda dos mais velhos, que têm experiência na lida com o barro desde a infância, os instrumentos da **Orquestra de Barro** chamam a atenção pelo visual, mas também pela sua sonoridade e representatividade. Quis trabalhar a história cultural no sentido de fazer com que essa tradição não morra daqui a alguns anos, como em outros lugares de Cascavel que, assim como na Moita, faziam barro e, hoje em dia, não tem renda para dar continuidade”, explica o idealizador do projeto.

Laços fortalecidos

A partir do barro do chão, mais precisamente da argila da beira do rio Malcozinhado, se extrai a matéria-prima dos rústicos instrumentos musicais da Orquestra, que experimenta a sonoridade delicada da cerâmica, somada à riqueza desse artesanato tradicional. Trata-se de uma prática artística que modificou a percepção da juventude local sobre seus bens culturais.

Os jovens artistas dão vida à música experimental, regidos pelo maestro Luizinho Duarte. “Nessa experiência de construir nossos instrumentos estamos buscando um refinamento na peça. Descobrir que tipo de barro dá som, qual é a mistura certa a ser alcançada em certos instrumentos. É uma pesquisa bem ampla”, analisa Tércio Araripe.

Ao longo dos anos, a atividade vinha caindo no esquecimento do povoado. Com o projeto, o artista plástico reacendeu nas crianças e adolescentes da região a curiosidade e a vontade de usar a cerâmica. O projeto traz uma produção de conhecimento, difunde linguagens artísticas e estimula o envolvimento dos integrantes, colocando-os em contato com suas referências culturais e criando laços simbólicos, até então enfraquecidos. A iniciativa se tornou um bem-sucedido processo de troca e salvaguarda do Patrimônio Cultural da região.





Nos palcos

Os primeiros instrumentos da orquestra foram os percussivos – tambores curvos, atabaques, surdos e udus (quartinha ou moringa). Em seguida, instrumentos melódicos passaram a ser introduzidos, como marimbas, apitos, flautas e até um contrabaixo. A experimentação é uma constante no processo de construir e de criar as músicas, melodias e arranjos.

Desde 2009, o Grupo Uirapuru vem andando pelas cidades vizinhas, percorrendo o Nordeste do país, quebrando barreiras no Sudeste e conquistando plateias com seu mágico som. As apresentações já rodaram várias regiões, sendo contempladas e reconhecidas por diversos projetos, como no espetáculo *Cinco Elementos*, de 2012, que foi apresentado no Rio de Janeiro.



O repertório conta com composições instrumentais que misturam diversos ritmos brasileiros, como afoxé, maracatu e samba. Todas as composições tocadas pelo grupo são de autoria do maestro Luizinho Duarte, que também dá aulas de música para os jovens do povoado. “Conseguimos formar uma turma, fazer apresentações e viajar. Isso tem envolvido a comunidade toda, de uma forma mais ampla. Não só os músicos, mas suas famílias como um todo”, conta o fundador do Grupo.

Este ano, os jovens artistas estão nos palcos com dois espetáculos: *Passarinhada* e *Sensorial*. O primeiro apresenta, ao longo de 60 minutos, canções do compositor cearense Jorge Santa Rosa (da banda Syntagma) executadas por instrumentos variados de corda, sopro e percussão, feitos de forma artesanal, alinhavados pelo canto dos pássaros. No segundo, a orquestra tem como proposta ir além do visual e do sonoro, levando o público a ter contato com sensações e percepções de um universo ancestral. A montagem é realizada na sede do Grupo Uirapuru, em Moita Redonda, apresentada ao ar livre, embaixo dos cajueiros.

Espetáculos

Inspirado no poema *A Dolorosa Dúvida de um Homem*, de Marcos Losnak, o premiado espetáculo *Piu* e o *Acorde Mitológico*, de 2013, mistura música e teatro para contar a história de um garoto chamado Piu, morador de uma comunidade rural e caçador dos pássaros das redondezas. Um dia, após uma caçada, ele adormece na floresta e é surpreendido por pássaros mitológicos que lhe mostram uma incrível novidade. A peça é encenada pelas crianças do projeto, além de contar com sonoplastia ao vivo do Grupo Uirapuru Orquestra de Barro.





Trajetória

Nestes seis anos, já passaram pela Orquestra de Barro cerca de 90 participantes. Além disso, aproximadamente 600 crianças e adolescentes participaram das oficinas de confecção de instrumentos, realizadas paralelamente aos espetáculos. Dentre eles, o jovem Matheus dos Santos. “Toco vários instrumentos, como tímpano e marimba. Aprendi com a ajuda do Luizinho Duarte, nosso maestro. Antes, eu não tinha muita imaginação. Agora, tenho o sonho de ser um músico”, diz o integrante do projeto.

Segundo Tércio Araripe, a autoestima das pessoas da comunidade cresceu bastante com a atuação do Grupo Uirapuru. “A intenção é envolver os meninos em várias linguagens, não só na música e no teatro, mas também no cinema. E, quem sabe um dia, ter uma rádio”, destaca.

Diante da peculiaridade dos instrumentos e da representatividade da cultura do Ceará, quem assiste a uma apresentação da Orquestra de Barro é levado a uma reação de encantamento e surpresa por conhecer os novos sons desses instrumentos musicais, que levam, em média, um mês para ser fabricados, e curiosidade, pelo fato de os jovens do interior cearense estarem preservando as raízes culturais da sua comunidade e trazendo um novo significado para a tradição artesanal da cerâmica, que perpassa gerações. “A sobrevivência com o barro está muito difícil. O Grupo Uirapuru quer divulgar esse trabalho ao máximo para que a arte de Moita Redonda não desapareça nunca”, conclui Tércio Araripe.

Técnica do toá

A arte ancestral do barro se manifesta na região por meio de peças cozidas e pintadas com a antiga técnica do toá, pigmento feito do próprio barro. Ainda hoje, o trabalho com esse material é a fonte de renda das mais de 80 famílias de seus quase 900 habitantes

Trecho de A Dolorosa Dúvida de Um Homem, de Marcos Losnak

Foi seguindo as pegadas das aves
que descobriu que os pássaros
continuavam a voar mesmo após a morte.
Constatou que ao morrerem,
os pássaros voavam para um outro mundo,
um território onde viviam todas as aves
que haviam existido no planeta.
Um mundo onde tudo era suspenso, sem chão,
onde os pássaros continuavam a voar
[e voar infinitamente.

Voavam sem direção específica,
sem destino, sem pouso, sem descanso,
apenas voavam numa espécie de eterno
[movimento.

Suas cores e cantos riscavam o tempo e o espaço,
se cruzavam, se completavam,
num eterno desenho abstrato.
Um movimento que se assemelhava
ao movimento dos átomos no interior da matéria.

Descobriu que esse incansável e infinito voo
possuía um sentido específico:
ele sustentava o céu do planeta.
Numa espécie de abnegação coletiva,
as aves do outro mundo voavam sem descanso
para que o céu se materializasse.
Elas construíam o céu para que seus irmãos
pudessem ter um lugar para voar.







Re(vi)vendo Êxodos

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”

(Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas)

Pelo Cerrado, a pé!

Foi preciso percorrer 40 países, durante seis anos, para que o fotógrafo mineiro Sebastião Salgado finalizasse o Projeto Êxodos. O que é justificável, pois como diz Friedrich Nietzsche “os grandes pensamentos resultam da caminhada”. Essa rica experiência representa uma longa viagem em busca dos povos em trânsito. Nesse caminho, encontrou cenários de intolerância e solidariedade que mostram de maneira crua a beleza da existência. O projeto emocionou gente de vários países, mudando a maneira como enxergamos a nós mesmos ao enxergarmos o outro, tão diferente, mas ao mesmo tempo tão parecidos. No Brasil, mais especificamente, em Brasília, a história rendeu um novo mundo de descobertas para crianças e jovens que nem imaginavam poder fazer parte de uma caminhada tão enriquecedora.

A iniciativa nasceu quando estudantes e professores visitaram, à época, a exposição Êxodos, na capital do país. A partir de então foi proposto, em 2001, que os jovens participantes fotografassem a cidade com o objetivo de explorar, com distintos olhares, a identidade candanga, assim como fez Sebastião Salgado com outros povos. Nascia assim o **Re(vi)vento Êxodos**, uma inspiradora maneira de aprender por meio da experiência. Em seus 14 anos de existência e 1,6 mil km percorridos no Distrito Federal (DF), Goiás e Minas Gerais, a iniciativa reuniu milhares de pessoas, dentre estudantes, monitores e professores. Uma longa caminhada de descoberta pelas raízes brasileiras para semear o saber e colher frutos longevos.

O projeto inspira na medida em que se identifica o protagonismo dos educadores que o levam adiante, mesmo com dificuldades estruturais. Entre suas principais frentes estão estudar a história do Distrito Federal e do entorno, conhecer a cultura local, as condições



etnográficas, o patrimônio e sua identidade. Essas foram as premissas que nortearam a equipe de professores do Centro de Ensino Médio Setor Leste, escola pública de Brasília, a criar o **Re(vi)vento Êxodos**.

“É como se abrisse um leque de visão. Um olhar ampliado das coisas. Reconhecer o que é Brasília e o que está além, nos arredores, dar valor a importância do local em que vivo. Aqui, na área urbana, não temos contato com a cultura popular que nos rodeia. A ação nos permite dar uma pausa da rotina, do urbano, para entender o Brasil, os vários ‘Brasis’ que existem por aí”, explica o estudante de Ciências Sociais Rodrigo da Silva Soares, de 25 anos, integrante do projeto desde 2006, quando ainda cursava o ensino médio.

Rico resultado

A iniciativa que, há 14 anos, vem mudando a qualidade da educação em pelo menos quatro escolas do DF, mantém o propósito de trazer aos alunos e alunas da rede pública uma formação intelectual e emocional que possibilite a transformação de todos em cidadãos críticos, participativos e sensíveis. Para sustentação e embasamento de suas pesquisas foram determinadas três áreas de atuação: identidade (cidadania, ética, comportamento, relações, etc); patrimônio (material e imaterial, construções sociais e culturais, etc); e meio ambiente (cerrado, fauna, flora, preservação, tecnologias e ciências, etc).

Diversas ações do projeto são realizadas e as experiências compartilhadas. Os estudantes realizam extensa pesquisa bibliográfica e de campo, com a abordagem de temas contemporâneos e o aprofundamento experimental sob uma ótica de Educação Patrimonial. Essa construção de conhecimento é feita, ao longo do ano letivo, por meio de dossiês, vídeos, boletins informativos, cartazes, folders e outros conteúdos. Além disso, visitam as cidades estudadas realizando entrevistas e análises sobre o patrimônio material e imaterial dessas comunidades.

Durante todo o período de investigação, com o apoio de colaboradores, são organizadas diversas visitas de campo com o intuito de observar e produzir materiais que se tornam fundamentais para a avaliação do processo como um todo. Estas pesquisas costumam ser em regiões específicas (cidades, bairros, vilas e povoados), durante três dias, com o objetivo de proporcionar o aprendizado e aproximar os participantes do projeto às diferentes realidades que os cercam.

Ao final de cada edição, realizam uma exposição fotográfica, além de outros produtos idealizados e confeccionados pelos estudantes. É interessante observar o resultado desse olhar estimulado pelos estudos. Mais que interessante, é forte e contundente. Todo ano é realizada a *Mostra de Resultados* dos alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio – exposições



fotográficas compostas de cerca de 200 fotografias escolhidas entre as mais de 600 tiradas ao longo do ano. Em 14 anos de projeto, foram tiradas aproximadamente 8,5 mil fotos. Destas, cerca 3 mil já foram exibidas no Espaço Cultural Renato Russo.

O coordenador-geral e um dos fundadores do projeto, o professor de História Luis Guilherme Baptista, explica que “um dos objetivos do projeto alcançado nos últimos anos foi analisar criticamente a vida cotidiana em nossas escolas, em Brasília, no Brasil e no mundo, levando os alunos a uma reflexão sobre os objetos de pesquisa trabalhados, desenvolvendo, assim, uma maior compreensão das questões da atualidade e das múltiplas facetas da realidade contemporânea”.

Ele destaca ainda o sentido coletivo do **Re(vi)vento Êxodos**: “sem os professores, monitores e parceiros, não existiria projeto ou *Caminhada*. Se não tenho quem me acompanhe, não consigo levar a ideia adiante. A função social coletiva é de extrema importância”. Além dos parceiros, como o Exército Brasileiro, o Clube dos Pioneiros, a Polícia Militar Ambiental e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. “São eles que nos ajudam a levar a ação adiante”.



Caminhada

As atividades do projeto acompanham os estudantes em todo o período letivo, mas o momento mais esperado é a *Caminhada* de cerca de 200 km, que proporciona experiências inéditas em várias cidades do interior do Goiás. Dezenas de alunos respiram conhecimento e cultura quando partem neste percurso, que ocorre durante o mês de outubro, com duração de uma a duas semanas.

Buscam, a partir do olhar e da construção de conhecimento, vivenciar e identificar referências culturais. Além de tratar de temas como, por exemplo, migração clandestina, refugiados políticos, a luta pela terra, trabalho infantil, lutas por independência, guerras civis, invasões, sem teto, fome, solidão e violência. Professores das escolas participantes viajam com o grupo para que as aulas não sejam interrompidas. O conteúdo dado pelos professores é o mesmo da sala de aula, mas integrado com a prática e a vivência social.

Os jovens conversam com pioneiros, personalidades de cada região e estudam a fundo a identidade e cultura da cidade visitada e, além disso, participam de eventos realizados pelos moradores locais. No trabalho de campo, buscam identificar as características semelhantes da região com o povo brasileiro. É um mergulho no Brasil profundo, no “nosso mar interior”, como diria Darcy Ribeiro; é um trabalho feito a pé, com paradas em fazendas, parques e locais de significativa relevância histórica, geográfica e cultural.

“Em vez de dialogar no papel, a Caminhada permite que os jovens conversem com as pessoas. Vivenciem e protagonizem a história. Em uma das viagens, eu, por exemplo, tive a oportunidade de conhecer um senhor que fabricava rabeças na Chapada Gaúcha, no Norte de Minas. Ele era o último remanescente da tradição”, relata o ex-aluno do projeto Rodrigo da Silva Soares.



A Caminhada visa salientar a pesquisa sobre o patrimônio material e imaterial; realizar um levantamento sistemático das múltiplas manifestações artísticas e suas variadas formas de expressão; observar a diversidade étnica e o contato com essas identidades. Essa importante etapa se propõem à organizar um mapeamento dessas manifestações e registrar as atividades sociais e culturais das comunidades situadas ao longo do trajeto a ser percorrido.

O professor Luis Guilherme ressalta que a importância da ação reside em “ter como meta a redescoberta e a descoberta dos valores humanos agrupados sob formas de expressão material e imaterial. Dentre estes, o simbolismo motivador das manifestações e da cultura popular”. E cita um trecho do poema *Os Estatutos do Homem (Ato Institucional Permanente)*, de Thiago de Mello, que “acompanha todas as caminhadas do projeto: ‘Artigo 1: Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida e de mãos dadas marcharemos todos pela vida verdadeira...’”.

A Caminhada já teve seis edições

Brazlândia (DF) / Planaltina (DF) - outubro de 2004, sete dias de duração e 110 km percorridos a pé.

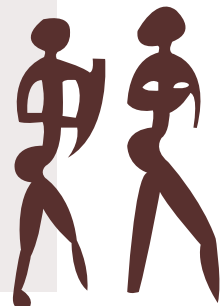
Pirenópolis (Parque dos Pirineus - GO) / Gama (Catetinho - DF) - outubro de 2005, 16 dias e 340 km percorridos a pé.

Formosa (Marco Zero da Missão Cruis - GO) / Parque Nacional de Brasília (Água Mineral - DF) - outubro de 2006, 14 dias e 310 km percorridos a pé.

Chapada Gaúcha (Parque Nacional Grande Sertão Veredas - MG) / Jardim Botânico (DF) - outubro de 2008, 15 dias e 300 km percorridos a pé, e mais de 1,2 mil km, de ônibus.

Cavalcante (GO) / Brazlândia (DF) - outubro de 2010, 15 dias e 340 km percorridos a pé, e mais 600 km, de ônibus.

Juscelândia (Goianésia - GO) / Catetinho (DF) - outubro de 2012, 14 dias e 260 km percorridos a pé, e mais de 800 km, de ônibus.





O idealizador do projeto conta, também, que por meio de dinâmicas baseadas em conceitos de preservação do Patrimônio Cultural, a ação procura resgatar uma formação intelectual que transforme os alunos em cidadãos críticos e participativos na sociedade.

A iniciativa é tão atrativa que muitos ex-estudantes das escolas participantes se tornam monitores. Agora, eles são universitários e profissionais formados, mas não deixaram de lado a comunidade onde vivem e a esperança de melhorar a qualidade da escola pública. “Os maiores resultados são dezenas de ex-alunos, agora monitores, inúmeros professores, diversos apoiadores e centenas de estudantes que comungam dessa experiência que é mergulhar no Brasil profundo, descobrir nosso patrimônio e relacioná-lo com nossa identidade.”

O universitário Rodrigo da Silva Soares virou monitor em 2009, participando do projeto como orientador dos estudantes. A experiência na ação mudou a vida do ex-aluno. “Escolhi Ciências Sociais influenciado pelo projeto”, conta Rodrigo, que pretende continuar participando da iniciativa após concluir a faculdade. “Quero ser professor, ir além do curso”. Por meio da monitoria, que anualmente reúne de 30 a 40 pessoas, formada por universitários e profissionais, que são ex-alunos do projeto, eles acompanham os estudantes ao longo do ano, facilitando a vivência pelas diferentes etapas.

“O **Re(vi)vento Êxodos** faz a diferença na educação. Mostra ao aluno que é preciso acreditar no país e na sua própria identidade. Além de criar um pertencimento muito grande. Mostra que a educação tem que ir além, construída em práticas e vivências”, destaca Marcus Vinicius Costa Vianna, professor de Educação Física que atua no projeto desde 2006.

O projeto atualmente é desenvolvido no Centro de Ensino Médio Setor Leste, no Centro de Ensino Fundamental 104 Norte, na Escola Nova Betânia, em São Sebastião, no CEL – Centro Educacional Lago Sul, no CEAN – Centro de Ensino Médio da Asa Norte, e está sendo levado a outras instituições de ensino público do Distrito Federal. Contudo seus idealizadores almejam que o projeto chegue ao maior número de escolas públicas para que as tradições culturais do Distrito Federal sejam reconhecidas e valoradas pelas gerações.

“Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado. Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente...”

(Guimarães Rosa)

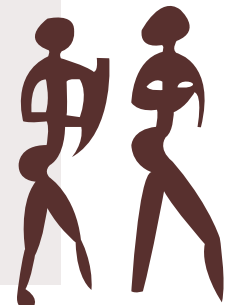
Depoimento do professor Luis Guilherme Baptista sobre a experiência que viveu quando o projeto Re(vi)vento Êxodos se encontrou com Teodoro Freire, o querido Seu Teodoro*

Em outubro de 2004, estava à frente de um grupo de 80 pessoas que acampou no Centro de Tradições Populares (criado por Seu Teodoro). Éramos alunos e professores do **Projeto Re(vi)vento Êxodos**, acompanhados de militares do Exército, policiais, bombeiros e do Grupo de Escoteiros João de Barro, de Sobradinho. Estávamos realizando uma Caminhada de 120 km por trilhas entre Brazlândia e Planaltina durante sete dias. No quinto dia, pousamos no terreiro do Boi (do Mestre Seu Teodoro, falecido em 2012, aos 91 anos). Na hora da chegada, estávamos todos extenuados, quando olhei o Mestre caminhando em minha direção; não aguentei a emoção e comecei a chorar, foi quando ele me deu um abraço paternal dizendo: ‘Coragem! Seja firme! Seja homem!’ Aprendi mais naquele dia do que em meses e anos como aluno ou professor. Mais tarde, naquele mesmo dia, acompanhado do grande Chico Simões e do músico Marimbondo Chapéu, Seu Teodoro proferiu uma aula para todos nós sentados na sombra, na grama a seus pés.

‘(...) Um povo que não respeita sua cultura, sua lida, não pode querer ser muita coisa não! (...) A gente de vez em quando pensa que isso tudo vai acabar... Mas aí a gente vê esse bando de jovens caminhando de Brazlândia até aqui (para ter aula de cultura popular) e percebe que isso não vai acabar nunca (...)’.

Devo muito ao Mestre Teodoro, aprendi com ele naquele dia que é preciso coragem para seguir em frente; e desde então não parei mais.

Seu Teodoro era mestre de bumba-meu-boi e ganhou reconhecimento por promover a cultura maranhense na capital. Foi o criador do Centro de Tradições Populares de Brasília. Seu legado é o patrimônio imaterial no DF.







Do Buraco ao Mundo

“Estamos nessa luta veio desde os primeiros. Desde Zumbi.
É o sangue desse povo, o sofrimento de cada um que nos
impulsiona, para que nos vejam”

(Dona Verinha, quilombola da Tiririca dos Crioulos)



Por um lugar no mundo

Quando se fala de espaço, espera-se de imediato a descrição de casas, paisagens, estruturas e definições que nos faça imaginar a materialidade. Isso, talvez, seja um apego demasiado à concretude. Contudo, é bom dizer que, muitas vezes, são nos modos de vida, nos modos do corpo, no cotidiano e nos detalhes que se encontra a riqueza e se conhece a história de um povo.

O olhar mais apurado permite perceber que práticas humanas também fazem parte da dimensão espacial, pois, como diz o geógrafo Vicent Berdoulay, são essas que dão os significados aos lugares. Sendo assim, foi atravessando o sertão de Pernambuco, na Serra do Arapuá, município de Carnaubeira da Penha, que um grupo de pesquisadores se uniu ao quilombo indígena da Tiririca dos Crioulos para construir o projeto **Do Buraco ao mundo: segredos, rituais e patrimônio de um quilombo indígena**, responsável, justamente, por pensar a carga simbólica da ação de homens e mulheres.



Nesse caso, usar expressão *buraco* para se nominar tem menos um sentido pejorativo do que uma mensagem de resistência política. Nivaldo Neto, um dos idealizadores do projeto, explica que a escolha deste nome se deu para apontar a incipiência de políticas públicas nas regiões de quilombo, por questões de preconceito e por não serem áreas de interesse. Assim, os moradores da Tiririca mostraram que pelo caminho da mobilização saíam de um lugar fundo e escuro aos olhos dos outros para mostrar sua luz ao mundo.

A partir de então, o projeto foi responsável por potencializar transformações no olhar dos próprios moradores sobre seus costumes e lugares. Como reitera Berdoulay, “podemos dizer que da interação entre cultura e espaço emergem lugares que o sujeito constrói ao mesmo tempo que constrói a si mesmo”. Isso significa que manter a existência do quilombo não é somente garantir a posse de território, fala, sobretudo, de reconhecer a importância das relações identitárias que foram constituídas pela herança de matrizes africanas, de descendentes de ex-escravos e de povos indígenas que se situam próximos à região do quilombo.

A força mobilizadora da cultura se mostra, mais uma vez, capaz de construir relações complexas, que vão além da delimitação geográfica e estão permeadas por múltiplas interferências, que ganham sentido pela ação de cada indivíduo. No caso da Tiririca dos Crioulos, que surge ainda no século XIX, essa força se mostra na fusão com os costumes dos povos indígenas pankará, o que fez a diversidade se sobrepôr às relações de poder. Contudo, é só em 2010 que passam a se denominar com a categoria nativa *quilombo indígena*. Essa aceção mostra um entendimento fora dos padrões, muitas vezes, não compreendida pela esfera do poder público.

Tiririca dos Crioulos

Quilombo indígena localizado no município de Carnaubeira da Penha, sertão de Itaparica. A história da Tiririca dos Crioulos tem como principal personagem Plínio Madeiro e Silva, também conhecido como Pinto Madeiro. Ele era negro e escravo, mas foi criado na casa dos senhores. Os senhores confiaram a Plínio a administração desse território. Assim surgiu a Tiririca. Ele casou-se com Helena da Silva que morava na Serra do Arapuá, território dos índios pankará, aldeia de Oiti.

Plínio trouxe outros negros para morar no território do quilombo, sempre em relações sociais com os indígenas. Daí, nascem as gerações que vivem hoje na Tiririca.

Atualmente, possui uma população de 196 pessoas, correspondendo a 46 famílias, e teve seu processo de regularização fundiária pelo Incra somente em 2012.

Carnaubeira da Penha é o sexto município mais pobre de Pernambuco.



Apesar dos quilombolas e indígenas terem sido reconhecidos como detentores de direitos humanos e fundamentais pelo ordenamento jurídico que a cultura adquire na Constituição Federal de 1988, ainda há resquícios de uma visão colonial sobre a ocupação desses povos. São reconhecidos apenas como territórios de fugidos, afastados das fazendas ou remanescentes da época da escravidão no Brasil.

A partir deste contexto, é preciso que Estado e sociedade civil admitam um conceito alinhado às dinâmicas culturais que estão em constante reinvenção e hibridização. Segundo Wagner Almeida, autor do livro *Quilombos e as novas etnias* (2011), esses agentes sociais possuem conceitos muito próprios de patrimônio, tradição e territorialidades específicas que devem ser levados em conta na aplicação das políticas públicas.

“O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Aqui começa o exercício de redefinir a sematologia, de repor o significado, mantido sob glaciação ou frigorificado no senso comum erudito. A análise crítica, conjugada com as mobilizações identitárias, se contrapõe a esta glaciação, que consiste num obstáculo ao caráter dinâmico dos significados, e chama a atenção para as novas possibilidades de definição de quilombo.”
(Wagner Almeida)

O que se identifica é que essas comunidades não querem mais ser colocadas em fichas classificatórias, por isso, organizam-se para criar seus próprios conceitos na relação espaço e cultura. Para os moradores da Tiririca, o verbo compartilhar é que dá a tônica para todo tipo de expressão cultural e organização societária. Eles se envolvem numa espécie de manto solidário e não se prendem em definições de uma única identidade. Não é à toa que escolheram o *amor*, como seu principal patrimônio, ou seja, compreendem como simbólica toda relação em comunidade. É esse entendimento da totalidade da cultura que torna “cada homem sensível à solidariedade, ao mesmo tempo intelectual e física, que o une à humanidade inteira”, como fala o antropólogo Marcel Mauss.



Foi esse sentimento de união que potencializou essa história de *sair do buraco*. A arte-educadora Larissa Serradela, também idealizadora do projeto, conta que o seu primeiro contato com o quilombo foi ao participar da formação de professores locais, no momento em que passavam por regularização fundiária. Ao ver ali uma identificação e um campo para se problematizar as temáticas de valorização e preservação do Patrimônio Cultural retornou com a proposta de construir o projeto junto com a comunidade e outros integrantes.

Pensando conjuntamente o conceito de Educação Patrimonial alinhado ao contexto da localidade, os participantes do projeto deram início às oficinas de memória e história, consciência corporal, criação de diagnóstico museológico-participativo, plano de pesquisa com professores e professoras, formação em produção de vídeo e na produção artística e textual de representação da história e patrimônio material e simbólico.



Assim foi possível pensar a sustentabilidade dos bens culturais dos tiririqueiros com a identificação de espaços de memória, de objetos representativos à cultura deles, além de registros audiovisuais como forma de documentação. De acordo com Larissa Serradela todo esse acervo não se tornou apenas um registro histórico, funcionou como um renovador de relações simbólicas. “É um acervo no fluxo do tempo. Não é algo que estava perdido e, agora, está sendo retomando. É algo do agora e que será sempre dinamizado. Todos esse material se inter-relaciona, por meio de processos de co-autoria. Por exemplo, pegamos um desenho e colocamos em cima de uma foto, aí se discute o que aquelas imagens dialogam, ou não, e que representações suscitam. São todos construindo.”

O movimento do projeto é colaborativo e não existem os de fora. Nivaldo Neto explica ainda que os quilombolas é que fazem a pesquisa de localizar e inventariar suas referências culturais¹. Essa característica causou uma espécie de revolução, pois assim passaram a valorar modos do cotidiano pelos quais tinham sofrido experiências de preconceito ou marginalização. “A redescoberta dos seus espaços como legítimos levou a uma descoberta de si mesmos, acabou extravasando a um reconhecimento de cada prática, cada objeto... o individual passou a ser coletivo. Os jovens foram entrando nas casas dos anciões para conversar, saber mais sobre o lugar em que vivem. Isso reverberou de uma maneira muito forte, hoje, conseguem contar sua história e assumir atividades, para redescobrir a própria potencialidade,” conta Nivaldo.

1. O processo de produção do Inventário foi feito com base no Inventário colaborativo concebido pelo Iphan junto com o Programa Mais Educação do Ministério da Educação.



Um povo e muita história para contar

Para entender como funciona o quilombo indígena da Tiririca dos Crioulos não se deve recorrer a documentos formais. Lá, a história é escrita por seus próprios moradores e moradoras. E uma delas é Dona Verinha, tiririqueira e coordenadora pedagógica, que há muito tempo reivindica melhorias na saúde, educação e infraestrutura. O seu modo de falar rápido e com muita vitalidade demonstra a personalidade de quem tem uma atuação política forte contra o preconceito e abandono das comunidades quilombolas e indígenas.

Dona Verinha diz que o caminho pela igualdade ainda é longo, contudo relata que o projeto foi um ponto de partida importante para alcançarem o estar no mundo e, ao menos terem, os direitos de expressão e de participação social garantidos. Essa é causa dela e de todos da Tiririca que lutam não só por seus amigos, compadres e familiares, mas por todos os quilombos e *pequenos*, como ela se refere, que mesmo em lugares pequenos conseguem transformar o mundo. É desse mundo que Verinha quer fazer parte; quer ter sua casa de taipa longe de doenças, ter uma escola que compreenda as particularidades do seu povo e condições básicas para manterem o *amor* vivo.

Nessa busca de cidadania, a iniciativa **Do Buraco ao Mundo** desempenhou um papel fundamental, colocando na mão dos detentores da Tiririca dos Crioulos a valoração de suas práticas culturais. Lá, a cultura é compreendida de maneira total em diálogo com o ambiente, com a espiritualidade, com a materialidade e imaterialidade; está onipresente no modo de fazer a casa de barro com palha, no ritual do *toré*, no som da banda de pífano e nas manifestações que vão sendo transformadas em contato com os povos indígenas. Seu exemplo mais claro está nos rituais do *toré* ou *gira* que mistura a matriz africana com manifestações do catolicismo e indígenas, e no rodar das danças que compõem essa manifestação pode-se ver essa transversalidade cultural.

O Ritual

O *toré* começou a ser praticado na Tiririca por volta dos anos de 1940, com a chegada de Mané Miguel (o Marinheiro) na comunidade. Ele já participava do ritual *toré* na Serra do Arapuá (em pankará), quando chegou e organizou o povo do quilombo e começou a tradição. Na época foram criados vários terreiros na Tiririca. Manoel Miguel também levantou outros terreiros na região como o terreiro de Santana de Monoelzinho de Mariana, terreiro do Mestre Otaviano (de Lica) na aldeia Riacho do Olho D'Água, povo pankará.

A *gira* começou a ser praticada por volta de 1950. Manoel Miguel, depois de estudar vários livros sobre ciência oculta e conhecer algumas regiões da Bahia que praticavam trabalho de Umbanda, começou a trabalhar na mesa branca com um mestre chamado de Velho Xangô. Com essa nova forma de desenvolver o ritual não havia a necessidade de ir aos terreiros para dançar, então começou-se a dançar a *gira*, que pode ser realizada no interior das casas, e também o *toré*.

Ritual Hoje

O ritual ficou sem acontecer entre 1990 e 2006, pois os principais puxadores já não podiam mais fazê-lo. Alguns morreram, outros foram morar em lugares distantes. Após esse período, a própria Dona Verinha conta que houve uma nova articulação e o ritual voltou a acontecer. Hoje, é um ponto de encontro para das pessoas da Tiririca conversarem, fortalecerem a união e também descarregarem os fluidos negativos. É importante para a saúde do corpo, da mente e da alma, é a lavagem espiritual.

O ritual acontece na Casa Grande, na última sexta-feira do mês. As principais pessoas envolvidas são pajé Dodô, Cabloca Janeide, primo Degue, Miúda, Janilson, Douglas, Lurdes de Pedro João, Maria de Ginu e Naninha.





É justamente por terem a compreensão das relações híbridas que a comunidade se define como um quilombo indígena e faz disso um movimento de resistência para afirmação da territorialidade, dos bens simbólicos e para a reivindicação de direitos sociais de tiririqueiros e pankarás. De acordo com Larissa Serradela, existe um processo político de conflitos que se intensificou, como a falta de repasse de verbas e, ainda, se alia a isso “um preconceito institucional devido ser uma comunidade de negros, reconhecendo a sua identidade indígena. Eles se unem para reivindicar e conseguir políticas públicas indo contra as definições pré-estabelecidas do que seria um quilombo”.

Assim, criou-se uma nova configuração no quilombo com outras influências e transformações. Por essa peculiaridade, Nivaldo Neto relata que a comunidade tem dificuldades de requerer políticas públicas básicas nas áreas da saúde e educação, pois o poder público não confere legitimidade ao modo de ordenamento que se deu na Tiririca dos Crioulos. Seus moradores entendem a forma organizativa de outra maneira, pela diversidade, que, muitas vezes, não se adequa aos modos de vida estabelecidos como padrão.

É a partir deste cenário que o projeto **Do Buraco ao Mundo** emerge contra o preconceito e como um processo transversal de redescoberta do mundo, do mundo deles. Uma vez que ninguém se educa sozinho, há a descentralização do saber. Em cada oficina, a voz é dada a todos. Nessas, os tiririqueiros levam pertences e objetos que representam a sua história de vida, podendo ser até mesmo pedras polidas usadas nos rituais da comunidade; outras vezes é uma pequena câmera de vídeo que entra em cena e registra a rotina de Nana do Barro e os modos de fazer utensílios domésticos; ou uma conversa de quintal é palco para se debater questões referentes ao patrimônio cultural, os usos dos bens culturais, a memória e o esquecimento também.

Assim, por meio dos rituais, da música, das histórias da caça, do modo de confeccionar roupas com a fibra vegetal do caroá, dos objetos ritualísticos, do conhecimento das parteiras e benzedeiras é que vão se construindo os espaços de memória da Tiririca dos Crioulos. A eles é dada a voz e o protagonismo, pois só quem vive a coletividade é que tem a legitimidade para mostrar sua força e beleza ao mundo, saindo do buraco da exclusão e da marginalização.







Encontro de Culturas Tradicionais da chapada dos Veadeiros

“Logo que nós encontramos, precisamos de saudar. O dever é de quem chega, é saudar a quem está
Canoeiro, canoeiro, quê que trouxe na canoa? Trouxe ouro, trouxe prata, trouxe muita coisa boa
Quero dar o meu conselho para todos os violeiros: conserva com muito amor o nosso folclore brasileiro. É a nossa tradição, do velho tempo primeiro”

(Trechos de canções de folia)



Muitos *brasis* em um só encontro

Era uma chapada sem fim, sem pontes, nem estradas, só restos dos tempos de garimpo, que tira muito e deixa pouco. Restos de uma gente que vingou, sobrevivendo que nem flor que insiste em nascer no meio da seca. Lá no meio, naquele cerrado de nordeste goiano, no meio dos cânions de mais de 300 metros de altura, vendo passar veado-campeiro, escutando correr o rio Tocantins em seu afluente mais alto e dividindo as bacias dos rios Paraná e Maranhão para desaguar nas corredeiras, quedas d'água, cachoeiras que parecem alcançar o céu, lá, bem no meio, nasceu a flor da Vila de São Jorge, do sangue do santo guerreiro.

Era 1983, quando a rodovia veio, atraindo pessoas que queriam ver a Chapada dos Veadeiros. Esse movimento tirou o povoado da letargia, levantou o pó do chão e ensinou para os moradores que receber seus visitantes poderia ser oportunidade de vida e de criação. Os moradores contam que foi só naquele tempo que tiveram alguma oportunidade de crescer.



“A primeira TV chegou aqui na Copa de 1986, mas não tinha energia suficiente, a televisão era comunitária, só lá pra 1996 que todo mundo tinha. O turismo melhorou nossa vida em 100%, deu outra cara pra Vila, antes eram só umas casinhas de palha e adobe, hoje cresceu bastante. Tem gente que vem e fala: - ah, mas vocês não conseguem melhorar, mesmo com investimento. Quem fala isso é porque não sabe nada da nossa história. São Jorge deu certo!”, conta Tila Avelino, nascida e criada na Vila. Continuamente ela sorri com a voz e suspira aliviada, dando graças por poder acompanhar esse crescimento.

Acontece que, bem antes do garimpo de cristal, aquela terra protegida pelas mãos da natureza também tinha outra guardiã na tradição indígena dos Avá-Canoeiros. Mas com a chegada dos colonizadores portugueses em busca de ouro, com a resistência dos negros africanos em seus quilombos, esses grupos tão diversos tiveram que aprender a se encontrar, mais do que coexistir.

Encontro, como define o dicionário, é o ato de reunir coisas ou pessoas que se movem em vários sentidos em direção a um mesmo ponto. Foi assim que, no encontro dessas culturas formadoras, Juliano Basso viu a oportunidade de valorizar a identidade daquele lugar. Nasceu então, no ano de 2000, o **Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros**, um projeto que, num fluxo que se renova, anualmente, comprova a grandiosidade do Patrimônio Cultural Brasileiro e a força da arte como fomentadoras das relações sociais comunitárias e solidárias.

A preparação para o evento seguinte começa no mesmo dia em que o atual acaba. Um ciclo sem fim, que culmina no final do mês de julho, quando a Vila de São Jorge se põe em festa para receber pessoas de todos os cantos do país.



Era de Juliano Basso a função de convencer as comunidades tradicionais, os grupos culturais e povos, de que era preciso se reunir para se fortalecer. De porta em porta, a roda da mobilização girou tanto, que até pessoas de fora do Brasil também querem participar. É por isso que, atualmente, a Dona Dainda dos Kalungas e o Seu Zé Nilo da Caçada da Rainha podem se encontrar e fazer amigos de grupos tradicionais da Nigéria à França, do Amazonas ao Uruguai.

Mas nem só de aplausos se fez essa trajetória. O idealizador do projeto conta hoje com uma equipe que tem como base a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge e carrega o Encontro nos ombros, fazendo a dança ecoar todos os anos. São mais de 160 grupos de cultura tradicional ao longo de 15 anos. A resistência em dar continuidade à iniciativa começa a cada virada de calendário.

Juliano conta que a legislação, o reconhecimento das práticas imateriais e toda a discussão em torno do patrimônio no Brasil e no mundo tiveram um impacto positivo, possibilitando a valorização das muitas identidades que compõem a cultura brasileira. Por isso, a celebração tem a proposta de reconhecer e inventariar as expressões culturais que narraram a história não só da Chapada dos Veadeiros, mas da formação do país e até para além do atlântico.

A partir dessa introdução, que deu início a um projeto inovador, anualmente, Juliano repete o processo de visitar e conversar com essas comunidades, entendendo e discutindo como vai ser a participação de cada uma delas no evento. Sua equipe estuda e participa de diversos editais brasileiros, que dão a oportunidade e os recursos necessários para o **Encontro de Culturas** continuar. A batalha é grande e árdua, mas os filhos de Jorge são guerreiros, não desistem rápido e continuam a peleja.

Nesse canto contínuo, nesse trabalho de fé, quem mais ganha é a comunidade da Vila de São Jorge. “A Vila gira em torno do Encontro, essa é a época mais alegre para ela. Onde os grupos estão é uma alegria e movimentação toda a economia local. Nós estamos em um terceiro estágio de desenvolvimento de São Jorge, e é muito difícil manter os valores comunitários com todo esse processo de capitalização que ocorre no mundo”, explica Juliano, “mas hoje, a nossa comunidade prospera e a gente deseja que o Encontro continue ajudando na formação da região, em um processo que é de reconhecimento de si próprio”, conclui.

Ao longo dos últimos 15 anos, o **Encontro de Culturas** não peca em seu papel de reunir identidades, formando uma unicidade solidária, que se tivesse nome seria brasilidade. Isso é percebido quando os jovens aprendem a fazer e a tocar tambor; quando há a junção da dança tradicional dos Kalungas, a sussa, com outras manifestações como a catira, a caçada da rainha e a congada; ou quando os indígenas se reúnem em sua aldeia multiétnica. Todo esse movimento congrega povos e comunidades em prol da principal potencialidade da cultura: a troca de experiências e a multiplicação das vozes desses grupos.

Os Kalungas são povos remanescentes de escravos que fugiram da região das minas de ouro do Brasil central e hoje vivem em regiões remotas próximas a Chapada dos Veadeiros. A comunidade chegou ao local, no século XVIII, e até a década de 1980 viviam isolados.



A palavra dos detentores

“No Brasil, temos uma grandiosidade de patrimônio imaterial que, até então, só era vista como folclore e como segundo plano. Hoje é possível um reconhecimento muito maior das nossas identidades – que são muitas. Nós não fazemos um festival, mas um encontro com as comunidades que antes não tinham oportunidade de se encontrar, e assim vamos valorizando a identidade e a cultura tradicional, que, junto com o ecoturismo, são a linguagem dessa região. As culturas não vão andar juntas, porque cada uma vem de um lugar, mas esse encontro é uma forma de fortalecer a vontade de fazer, de desenvolver territórios e oxigenar, até mesmo na autoestima dos jovens. O **Encontro** é um encontro de nós com nós mesmos e com esses grupos. As pessoas da cidade que vêm de fora assistir se encontram com sua ancestralidade. E aí vamos fomentando coisas novas: uma congada de lá com outra congada com sotaque diferente, mas o santo é o mesmo, é a mesma devoção e a mesma identidade que nos faz brasileiros.”

Juliano Basso (coordenador geral e produtor do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada)



“A Caçada da Rainha é um dos grupos que participou de todos os **Encontros**. E foi bom demais, porque a gente tinha um valor cultural que não sabia que tinha. Era coisa da nossa terra, uma coisa muito simples. Vem de uma festa que não é elitizada, mas cresceu muito depois do **Encontro**, porque o povão reuniu. Nós tínhamos a nossa festa, aquele batuque da rainha, mas não sabíamos que as pessoas iam gostar tanto da gente. A gente sabia que tinha valor, que era sagrado pra gente, porque foi a dança que os escravos fizeram, mas – fia do céu – você não sabe como o balanço lá é bonito, vem gente do Brasil inteiro. Todo mundo dança, se você não dança o pessoal te coloca pra dançar! O **Encontro** foi tudo pra nós! Eles ensinaram a gente a ganhar um dinheirinho pras nossas apresentações e a ser valorizado.”

Zê Nilo (Caçada da Rainha do município de Colinas do Sul)

“Eu tenho 19 anos, mas participo da *Turma que Faz* desde os oito anos. Tem os ensaios, a gente monta uma história e sempre se apresenta no penúltimo dia do **Encontro**. E na apresentação entra tudo que a *Turma* desenvolveu, desde as pinturas aos tambores de madeira e couro. É importante mostrar pro povo o que a gente aprendeu e o que ainda pode aprender com os outros grupos ali. É como buscar a cultura do mundo inteiro para juntar com o Brasil. E a expectativa é maravilhosa, quando você vê as pessoas te aplaudindo e sabe da união que foi pra construir aquela história, das linguagens folclóricas e dos conhecimentos. Cada grupo que vem aqui, é tanta coisa que até em uma prova ou no vestibular, o que eu aprendi aqui é mais que uma matéria. Eu quero fazer vestibular de comunicação, ser locutor de rádio ou produtor cultural, e a influencia do **Encontro** é de 100%. Mas depois eu quero voltar pra cá, porque quero passar esse conhecimento pra eles aqui da comunidade, do jeito que o **Encontro de Culturas** faz, reunir culturas e gerar conhecimento. Como nesse ano, que eu subi no palco para apresentar os grupos e foi inesquecível. Imagina só, um rapaz daqui, subir no palco pra falar do seu conhecimento e apresentar esse **Encontro** que é desenvolvido aqui na cidade! Eu não quero parar nunca, quero continuar.”

(Jefferson Pereira Passos, aluno da Turma que Faz e funcionário da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge)

“Se você quiser ouvir, eu gosto de contar. Juliano ficou dois anos querendo me levar e eu não queria ir, vivia nos kalungas e achava que não tinha capacidade. O Juliano era branco, devia estar fazendo graça com a minha cara. Mas aí ele foi pedindo e eu resolvi ajudar. Primeiro era tudo estranho, mas fui vendo como as pessoas me tratavam e ele me deu carta branca. Continuei indo e adaptando, hoje converso com as pessoas, faço decoração, faço tudo. E fui vendo as coisas *melhorar* pra mim. Porque quando a gente ganha um pouquinho a mais do que ganha na roça, essa ajuda já é muita e levou muita vitória pros kalungas. Hoje tenho muito reconhecimento e amizade com gente de todo lugar, a gente vê coisas que nunca imaginou que ia ver e fica admirado. Pra mim é bom demais! No **Encontro** eu faço a decoração, a gente faz a sussa e o povo quer saber, quer me conhecer. Um dia, tinha um povo fazendo um vídeo e eles falaram: - chama dona Dainda, que ela é rainha dos kalunga. Até hoje o povo me chama de Rainha dos Kalungas! Pra mim aquilo foi tudo de bom. Eu comecei a dançar sussa com oito anos, era muito pequena, fui ingressando e cantando, era cantadora ainda menina, cantava junto do meu pai. Hoje já ensinei muitas meninas a dançar, dou força e ensino. A única coisa que nos divertia nas festas era isso, hoje em dia tem outras danças, mas a gente não esquece a tradição. Meus pais diziam que se você tem essa tradição, então é com respeito, tem que cantar respeitando aquilo que estamos fazendo. Hoje eu tenho 67 anos. Ainda era uma menininha que dançava e hoje sou a Rainha dos Kalungas!”

(Dona Dainda, kalunga do município de Cavalcante)

Comissão Nacional de Avaliação

Integrantes descobrem novos saberes

Mergulhar na história cultural do país. É essa a sensação que os jurados da Comissão Nacional de Avaliação sentem ao conhecer a trajetória de cada um dos projetos do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Aos candidatos é oferecida uma premiação por suas iniciativas. Já os jurados se sentem congratulados pela descoberta de novas culturas e saberes, até então, guardados por comunidades tradicionais e que, muitas vezes, não são reconhecidos em esferas do próprio Estado. É a sociedade civil mostrando significados múltiplos de Patrimônio Cultural.

O ineditismo de algumas ações faz com que o grupo de jurados desenvolva, além do olhar da análise, o de aprendiz. O formato adotado, desde o ano de 2014, com duas grandes categorias, contribui para tal situação, pois possibilita maior participação da sociedade civil, já que amplia a diversidade de temas e aflora o debate. Além disso, o debate ganha vivacidade, uma vez que cada iniciativa é vista pelo olhar de dois integrantes da Comissão.

Entre as 234 ações inscritas, 57 foram pré-selecionadas pelas comissões das Superintendências do Iphan nos estados e no Distrito Federal. Cabe à Comissão Nacional de Avaliação o julgamento final. A interação entre os jurados nos dois dias de reunião contribui para o enriquecimento de todos, uma vez que, a diversidade de temas os leva a conhecer particularidades de comunidades que, até então, não haviam sido desveladas.

Desta forma, ao final do processo, todos levam consigo a certeza de que também foram premiados, ao conhecer ações de excelência, e a alegria de saber que, a partir da divulgação do Prêmio, as histórias que os encantaram poderão alcançar outras pessoas.

“Participar como jurada foi certamente uma das experiências mais ricas que já tive e igualmente de muita responsabilidade”. A afirmação é da representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Mônica Noleto, que participou pela primeira vez do processo de seleção. Ela avaliou que, por meio da Comissão, pode conhecer melhor inúmeras atuações de preservação da cultura brasileira, que muitas vezes, com pouco ou nenhum apoio financeiro, fazem grande diferença em determinada comunidade, além de produzirem efeitos multiplicadores de grande alcance.

Noleto ressaltou, ainda, que mesmo diante das dificuldades, as pessoas se reinventam por acreditar que a cultura é sim força motriz de qualquer possibilidade de desenvolvimento justo e duradouro para qualquer nação. “São excelentes iniciativas convertidas em ações que, agora coroadas, dão novo ânimo à produção e fruição cultural no Brasil”, concluiu.

Ana Lúcia de Abreu Gomes, professora da Universidade de Brasília (UnB), participa da Comissão Nacional do Prêmio há muitos anos, mas, ainda assim, experimenta novas experiências a cada edição e comemora o aumento de projetos oriundos da sociedade civil. “Ao premiar as ações de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro provenientes de iniciativas da sociedade civil, o Prêmio revela a eficácia da ação institucional ao longo de seus quase 80 anos”, ressalta.

A Comissão Nacional de Avaliação, criada em 1995, é formada por representantes com formações plurais que dialogam com a temática da preservação patrimonial. São convidadas pessoas envolvidas com a produção de conhecimento, com a salvaguarda e proteção dos bens culturais e, principalmente, dispostas a participar das trocas culturais proporcionadas pela premiação.

Composição da Comissão Nacional de Avaliação – 2015

Luiz Philippe Peres Torelly, Presidente da Comissão Nacional e Diretor do Departamento de Articulação Fomento/DAF do IPHAN.

Américo César Antunes, Jornalista profissional, formado pela PUC-MG, é ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (MG).

Ana Beatriz Goulart de Faria, Arquiteta-urbanista e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Grupo Ambiente Educação (RJ).

Ana Elisabete de Almeida Medeiros, Professora adjunta do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (DF).

Ana Lúcia de Abreu Gomes, Professora adjunta do curso de museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (DF).

Briane Elisabeth Panitz Bicca, Coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC Cidades Históricas, em Porto Alegre (RS).

Conceição Barbosa, Coordenadora de disseminação de informação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Cultural Palmares (DF).

Leonardo Castriota, Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da FAPEMIG (MG).

Maria das Dores Freire, Pesquisadora e consultora nas áreas de história, memória e patrimônio cultural e suas diversas interfaces, atuando junto a instituições públicas e privadas (MG).

Maria da Graça Nobre Mendes, Jornalista da Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública da União (DF).

Paula Porta Santos Fernandes, Consultora de implantação e avaliação de projetos e na implantação de política e diretrizes de apoio à cultura para empresas e instituições (RJ).

Simone Scifoni, Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (SP).

Tânia de Castro Bernardes Barbosa Caldeira, Coordenadora de Fomento e Financiamento do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e representante do Instituto na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC/DF).

Telmo Padilha César, Fundador da Defesa Civil do Patrimônio Histórico (Defender/RS).

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Diretor do CVT-Estaleiro-Escola do Maranhão e conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan/MA.

Mônica Salmite Noleto, Representante do setor de Cultura da representação da UNESCO no Brasil (DF).

Nanan Lessa Catalão, Secretária adjunta de cultura do Governo do Distrito Federal (DF).

Thiago de Siqueira Arrais, Coordenador de Formação para Competências Criativas do Ministério da Cultura (DF).

Reco do Bandolim & Choro Livre

homenageiam vencedores

Os vencedores do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** serão homenageados ao som de boa música brasileira, no Clube do Choro, em Brasília. O espaço é uma importante instituição que, além de formar músicos chorões reconhecidos internacionalmente, contribui para transformar a cidade em a Capital do Choro.

A cerimônia contará com a apresentação do quinteto Reco do Bandolim & Choro Livre, conjunto formado a partir do encontro do presidente do Clube, Henrique Lima Santos Filho, o Reco do Bandolim, e o grupo cria da casa, Choro Livre, que faz uma leitura contemporânea de clássicos e complementam o repertório com composições próprias.

Reco do Bandolim descobriu a paixão pelo chorinho ao ouvir o mestre Jacob Bittencourt e montou o estilo próprio em rodas musicais ao lado de grandes nomes do gênero, como Waldyr Azevedo e Avena de Castro. Já o grupo Choro Livre é conhecido pela criatividade e pela abertura a novas influências, além de ter dividido palco com grandes nomes como Nelson Cavaquinho, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Waldir Azevedo e Paulinho da Viola, entre outros.

Juntos, Reco do Bandolim & Choro Livre lançaram um CD regional com cinco mil cópias vendidas e já excursionaram por diversos países da Europa, Ásia, África, América do Sul, Caribe e América do Norte. O conjunto é formado pelos músicos Reco do Bandolim (bandolim), Henrique Neto (violão sete cordas), George Costa (violão seis cordas), Marcio Marinho (cavaquinho) e Valério Xavier (pandeiro).

“Para mim foi muito gratificante receber um convite como esse e participar de uma premiação tão importante. Nós, como fundadores da primeira escola de choro na capital federal, também nos sentimos criadores de uma cultura rica”.

(Henrique Lima Santos Filho, o Reco do Bandolim)



Contatos Vencedores 2015

Preservação da Tradição e da Cultura do Centro-Oeste Goiano através da Trilogia de Bariani Ortêncio

End. Rua 82, nº 565, Setor Sul, Goiânia /GO
CEP: 74083-010
Goiânia – GO
E-mail: barianiortencio@uol.com.br

Levantamento de Casas Enxaimel de Blumenau

End. Rua Gustavo Zimmermann, 1051 - Itoupava Central
CEP: 89062-100
Blumenau – SC
E-mail: pvolles@hotmail.com

Documentário Remeiros do São Francisco

End. Rua Dom Joaquim, 197 / 201 – Centro
CEP: 39480-000
Januária – MG
E-mail: dfdiamantino@hotmail.com

Ilé Omiojúàrò: Patrimônio Cultural

End. Rua Francisco Antônio Nascimento, 42 - Miguel Couto
CEP: 26070-467
Nova Iguaçu – RJ
E-mail: beatadeiyemonja@gmail.com

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPS Quadra 713/913 Sul, Bloco D, Edifício Iphan
Brasília - DF | 70.390-135

www.iphan.gov.br | www.facebook.com/IphanGovBr
www.twitter.com/IphanGovBr | faleconosco@iphan.gov.br

Grupo Uirapuru - Orquestra de Barro

End. Povoado da Moita Redonda, S/N - Sítio Mataquiri
CEP: 62850-000
Cascavel – CE
E-mail: tercioararipe@gmail.com

Re(vi)viendo Éxodos

End. SHIS QI 27 Conjunto 17 - casa 10 - Lago Sul
CEP: 71675-170
Brasília – DF
E-mail: lgtomisa@hotmail.com

Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – Goiás

End. Rua 04, quadra 04, lote 19 Distrito de São Jorge
CEP: 73770-000
Alto Paraíso de Goiás – GO
E-mail: cavaleirodejorge@gmail.com

Do Buraco ao Mundo: Segredos, Rituais e Patrimônio de um Quilombo-Indígena

End. Correspondência - Caixa postal 5041 - Jardim Cidade
Universitária
João Pessoa – PB
CEP: 58051-001
E-mail: nivaldoleo@gmail.com



Apoio



Realização



Ministério da
Cultura

